

TIAGO NASSER APPEL

DESEMPREGO E MUNDO DO TRABALHO
Civilização Pós-moderna versus Sociedade Industrial

CURITIBA
2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DESEMPREGO E MUNDO DO TRABALHO
Civilização Pós-moderna versus Sociedade Industrial**

Monografia apresentada pelo acadêmico Tiago Nasser Appel ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Economia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Iara Vigo

**CURITIBA
2009**

TERMO DE APROVAÇÃO

TIAGO NASSER APPEL

DESEMPREGO E MUNDO DO TRABALHO: CIVILIZAÇÃO PÓS-MODERNA VERSUS SOCIEDADE INDUSTRIAL

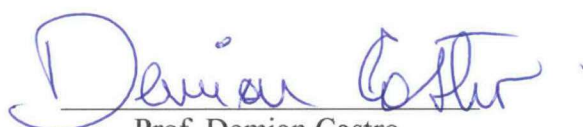
Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora

Orientadora:



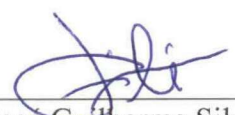
Prof.ª Iara Vigo
Departamento de Economia, UFPR

Examinador:



Prof. Demian Castro
Departamento de Economia, UFPR

Examinador:



Prof. José Guilherme Silva Vieira
Departamento de Economia, UFPR

RESUMO

Este trabalho se propõe a fazer uma reflexão, com destaque aos países de capitalismo avançado, sobre o atual mundo do trabalho e uma de suas principais consequências, o alto desemprego. O amadurecimento dessa proposta passa pela análise e comparação de dois grandes períodos históricos. O primeiro, que vai desde meados do século XIX até a década de 1970, contempla (i) os anos de formação da sociedade industrial (de classes), (ii) os famosos anos dourados (baixíssimas taxas de desemprego, principalmente na Europa) e (iii) o esmorecimento dos *Welfare States*, durante a crise de acumulação dos anos 70. O segundo abarca o final dos anos 1970 em diante, os tempos ditos pós-modernos (pós-industriais). A era pós-moderna não apenas é palco de uma nova etapa da acumulação capitalista (a chamada “flexível”), marcada pela aceleração do tempo de giro e pelas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, como também revela um enfraquecimento da própria categoria de classe (ser social abstrato), com que tanto nos acostumamos a pensar o mercado de trabalho. Considerando a complexidade do mundo pós-moderno, o qual também privilegia o pensamento interdisciplinar e não-fragmentado em detrimento do purismo e reducionismo científicos, faz-se necessário ampliar as tradicionais categorias de análise do espectro econômico, mesmo porque apenas taxas medianas de crescimento da renda e salários relativamente rígidos são explicações demasiado insuficientes para captar as causas primazes do alto desemprego hodierno.

Palavras chave: estágios de acumulação; desemprego; mundo do trabalho; luta de classes; fordismo; pós-modernismo; dualidade materialismo/idealismo; dialética coletivo/indivíduo.

ABSTRACT

This monograph's objective is, on regard mainly to the advanced countries, to meditate thoroughly on the current world of labour and one of its major implications, the high unemployment rates. To achieve that purpose, we compare and contrast two extensive historical periods. The first one, which goes from the middle 1800s till the decade of 1970, encompasses (i) the years of formation of the industrial society (genuine society of classes), (ii) the famous golden years (very low unemployment rates, particularly in Europe), and (iii) the weariness of the Welfare States, during the accumulation crisis of the 70s. The second one stems from the late 70s on forward, the so called post-modern age. The post-modern times embrace not only a new stage of capitalist accumulation (more flexible), marked by the acceleration of the capital flow and the labour-saving technologies, but also unveil the weakening of the very category of class (the abstract social being), which we have so firmly learned to recur to whenever we think about the labour market. Taking into account the complexity of the post-modern world, which also favors the interdisciplinary discourse and non-fragmented thinking over the scientific reductionism, one needs to go beyond the traditional analyses of the economic realm, specially because mediocre income growth rates and relatively rigid wages are no longer enough material to explain the primary causes of today's unemployment.

Key-Words: accumulation stages; unemployment; world of labour; class struggle; fordism; toyotism; post-modernism; dualities materialism/idealism and marxism/liberalism; individual/collectivity dialectics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
PRIMEIRA PARTE: ESTADO EM CRISE.....	9
<i>1.1 SÉCULO XIX.....</i>	<i>9</i>
<i>1.2 ERA DA CATASTROFE.....</i>	<i>12</i>
<i>1.3 ANOS DOURADOS.....</i>	<i>15</i>
<i>1.4 DÉCADA DE 70 E CRISE DO ESTADO.....</i>	<i>18</i>
SEGUNDA PARTE: A CULTURA DO CAPITAL.....	26
<i>2.1 A QUEDA DA SOCIEDADE INDUSTRIAL.....</i>	<i>26</i>
<i>2.2 DO MODERNISMO AO POS-MODERNISMO.....</i>	<i>35</i>
TERCEIRA PARTE: CRESCIMENTO SEM EMPREGOS.....	39
<i>3.1 POS-MODERNISMO E DESEMPREGO.....</i>	<i>39</i>
<i>3.2 TOYOTISMO E DESEMPREGO.....</i>	<i>44</i>
<i>3.3 DOWNSIZING.....</i>	<i>48</i>
<i>3.4 DESEMPREGO TECNOLÓGICO.....</i>	<i>52</i>
<i>3.5 QUALIFICAÇÃO, DESQUALIFICAÇÃO.....</i>	<i>58</i>
REFLEXÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
ANEXOS.....	67

INTRODUÇÃO

As economias dos países de capitalismo avançado malograram consideravelmente, nas últimas três décadas, em gerar crescimento econômico concomitantemente a um nível sustentado de emprego. As opiniões divergem a respeito das causas primárias desta crise. Porém, no intercalar do debate, reconheço duas principais vertentes a explicar o renome. A primeira, de cunho tecnocêntrico, elege as inovações de base microeletrônica, barateadas comercialmente na década de 1970, como as principais responsáveis pela transformação da estrutura industrial a caminho de um "mundo cada vez mais sem empregos". Segundo esta corrente, a automação de base microeletrônica teria chacoalhado os alicerces do sistema produtivo de maneira similar à segunda revolução industrial, quando a proliferação do motor de combustão interna propiciou o surgimento da indústria automobilística. A segunda vertente, própria da ciência da política, percebe o esmorecimento político-ideológico dos *welfare states* (WS)¹ como pano-de-fundo para entendermos a crise da falta de empregos. De acordo com esta tradição, das cinzas da morte histórica do *welfare state* americano e inglês, datada do início dos anos oitenta, entrou em voga uma renascente ideologia liberal, marcada por privatizações e supressão da intervenção direta do Estado na economia. Ainda segundo esta corrente, as políticas liberais que encareceram o trabalhador relativamente aos investimentos em capital beberam sua popularidade na *estagflação*² da década anterior, responsabilizada em parte pela tentativa "tola" dos governos de esquerda de tentar segurar o nível de emprego mesmo quando as economias passavam por uma

¹ Welfare State pode ter várias acepções, dentre as quais duas principais. Num sentido político-ideológico, ele repousa como o grande intermediador entre as duas classes (burguesia e proletariado), sendo o orçamento público o contrato social-democrata que ao mesmo tempo garantiria os incentivos privados e os conciliaria com responsabilidade social. Em termos técnicos, o termo designa que a conta de maior peso do orçamento público deve ser aquela que contempla os gastos sociais (seguridade, pensões, saúde, educação, etc), de onde se depreende uma forte participação do emprego público na economia. Ao longo do texto, por "esmorecimento" do W.S vamos nos referir mais propriamente à primeira acepção do termo.

² Estagflação denomina a associação de baixo crescimento do produto com altas taxas de inflação. Mishkin (2000) coloca que as altas taxas de inflação nos EUA entre 1960-1980 decorreram, em parte, da orientação do governo de tentar alcançar taxas de desemprego que não mais correspondiam à presente realidade, taxas às quais ele havia se comprometido no início de 1960. Como fatores estruturais foram aos poucos puxando a taxa natural de desemprego para cima, o comprometimento com uma taxa de 4% estava configurando constantes pressões de demanda. Em termos técnicos, ao longo dessas duas décadas, o governo haveria forçado, com políticas expansionistas, a demanda agregada para a direita do produto de pleno emprego.

recessão.

A perspectiva tecnocêntrica prediz que o verdadeiro problema da sociedade pós-industrial não é, como uma vez disse Bill Clinton, que os aumentos de produtividade de um setor vão enxugando a sua oferta de empregos, mas sim a impossibilidade de essa força-de-trabalho "liberada" encontrar empregos em outros setores, em virtude de uma universalização da automação que vai desde a agropecuária às empresas bancárias e de seguros. Foi-se, então, aquela distante época em que os trabalhadores aliviados pelas revoluções técnicas na agricultura encaminhavam-se às prósperas cidades industriais. Ademais, mesmo o quadro em que os setores de serviços apresentavam-se como os sorvedouros dos cidadãos escoados da indústria já virou moldura do passado.

As grandes perguntas são: as sociedades no estágio pós-industrial (em que os serviços perfazem a maior parcela do PIB) incondicionalmente perpetuarão indefinidamente este regime de crescimento sem empregos, ou então estamos no limiar de um ponto de inflexão, numa grande crise de transição em que, ou o desemprego é temporário, ou a própria categoria de emprego com a qual nos apegamos tradicionalmente é inadequada para explicar o conceito de trabalho no mundo pós-moderno? Ou será que tudo isso é especulação espúria e a crise atual teria colhido suas origens no paradigma liberal ressurgido, sustentáculo da apoteose do "economicamente eficiente"?

Neste trabalho, busco ir além das duas vertentes tomadas individualmente e desenvolver a tese de que os dois fenômenos – automação e paradigma liberal –, bem como a reestruturação do mundo do trabalho (tornado mais competitivo), o arrefecimento dos sindicatos, etc., são parte indissociável de um novo estágio de acumulação e perfil de concorrência que caracteriza o capitalismo pós 1975-80. Um estágio em que não apenas a acumulação tornou-se mais flexível – com incrível aceleração do tempo de giro –, em contra-oposição à rigidez do fordismo, como também em que a contrapartida "cultural" do regime de acumulação – isto é, os valores, os costumes e as motivações que lhe dão legitimação – sofreu uma radical transformação no que ficou conhecido como revolução pós-moderna.

O artigo está dividido em três grandes partes. A primeira desenvolve as imbricações entre Estado e força-de-trabalho e explica as condições de maturação da "sociedade de

empregos", do século XIX até a crise dos anos 70. A segunda parte busca – numa dialética entre materialismo e idealismo – entender como se dão as correlações entre regime de acumulação e valores e comportamentos, isto é, como as forças produtivas semeiam forças de transformação pessoal que ameaçam os próprios fundamentos do regime que lhes deu origem (ou intensificou). A última parte discorre sobre a "crise do desemprego" propriamente dita, tendo sempre em mente que o termo "crise" enseja antes oportunidade do que desespero.

PRIMEIRA PARTE: ESTADO EM CRISE

1.1. SÉCULO XIX

Uma das razões primordiais pelas quais os indivíduos se organizam politicamente é para tratar e resolver seus problemas econômicos. Portanto, quanto mais espacialmente limitados são os assuntos econômicos das pessoas (vide o isolamento de um feudo), menor a necessidade de ingerência por parte de um governo central.

Assim, simultaneamente à proliferação das rotas comerciais e à criação de uma divisão do trabalho racionalizada, fortaleceram-se as democracias modernas. Por um lado, porque o amadurecimento dos mecanismos de mercado trouxe em seu bojo uma intrínseca emancipação “econômica” burguesa; por outro porque o desmoronamento da ordem feudal-aristocrática gerou uma espécie de vacuidade que necessitava ser preenchida por um novo pacto social de massas. De outra forma, ao mesmo tempo em que libertou as pessoas da rigidez absoluta da estratificação feudal, a doutrina do individualismo e do liberalismo econômico não bastava por si só, pois a livre exploração do homem pelo homem, apesar de impulsionar as forças criativas até então encarceradas, não garantia um mínimo de segurança social, necessária à reprodução saudável das comunidades.

A "destruição criativa" ensejada pela doutrina dos direitos naturais³ encontra seu ápice nas revoluções tecnológicas das últimas três décadas do século XVIII, período este conhecido como a Primeira Revolução Industrial. O rápido avanço do industrialismo gerou uma crise incontrolável, em termos da escala sem precedentes de transformações ocorridas na organização social: "sempre que uma sociedade se industrializa, números cada vez maiores de pessoas se concentram em cidades, ficando na dependência dos acasos do emprego fabril e do comércio" (Lipson, 1966, p.256).

³ De acordo com Ayres (1963), a doutrina dos direitos naturais veio a substituir a ideia "feudal" de que toda a autoridade c. portanto, o Direito, deveria ser delegada pela "sanção" divina. Assim, esta doutrina cuidava de afirmar que todos os direitos derivavam diretamente do próprio individualismo humano, isto é, do ser em si mesmo. O leitor deve perceber então, que o "status" moderno de indivíduo não comporta a figura do servo medieval, que em última instância não era livre.

Por mais que as forças produtivas da tecnologia e da acumulação encerrem novas relações sociais entre os indivíduos, seria ingênuo supor que a revolução industrial por si só teria libertado a maioria da população da "servidão e inação" políticas, isto é, esperar que as massas da humanidade, excluídas do processo político desde sempre, encontrassem diretamente na venda da sua força-de-trabalho a sua emancipação política. Pelo contrário, para a grande maioria dos recém-assalariados, o liberalismo político, o direito de escolha e a participação política eram meras caricaturas – para aqueles cujo histórico de pobreza é permanente, a liberdade de muito bom-grado se vende por um pouquinho mais de dinheiro no bolso; ou melhor, para a quem a liberdade nada vale, a igualdade continua sendo a chave-mestra da emancipação.

Onde se encaixa o problema do desemprego nesta discussão? Apesar de propriamente as discussões sobre desemprego não terem ganhado corpo até o final do século XIX (pois o mercado de trabalho tal como o conhecemos hoje era exíguo até então), lanço aqui a seguinte provocação: num sentido qualitativo amplo, veremos que, no curso histórico do capitalismo, desemprego e falta de incorporação social geralmente foram dois lados da mesma moeda. No berço da revolução industrial, a Inglaterra vitoriana, o óbvio desemprego nela imerso muito bem se enquadra à teoria de Marx sobre o exército industrial de reserva; a saber, a tese de que se não há nenhuma força compensatória, o "capital" irá indelevelmente criar uma massa de desempregados que pressionam os salários para baixo (mesmo que isso leve às crises cíclicas do capitalismo por falta de demanda agregada). Segundo Lipson (op. cit.), na Inglaterra do início do século XIX havia uma incongruência entre os requisitos políticos de uma revolução democrática e os resultados econômicos da Revolução Industrial. Não haveria plena incorporação social sem emancipação política e, por mais que os nobres da época bravateassem a primazia dos direitos individuais, eles não abandonariam tão facilmente os privilégios arregimentados desde a Revolução Gloriosa de 1688, em que as oligarquias rurais e os comerciantes tinham derrotado o poder monárquico. Apesar de o parlamentarismo inglês datar dessa época, a democracia na prática só é conquistada pelas massas em 1832, quando o sufrágio foi estendido à classe média e a esta foi permitida a ocupação dos "assentos nos Comuns". Mas outra vez, democracia sem incorporação social (isto é, das classes mais pobres) é caricatura e, conseqüentemente, foi

preciso várias décadas de calamidade social⁴, reflexo da doutrina do *laissez-faire* sem regulação e sem amparo público, para que as coisas começassem a melhorar para os verdadeiros "comuns". Entre 1865 e 1914, não só "as instituições do Governo foram reformadas por uma firme aplicação dos princípios democráticos" (idem, p.270) como também o governo passou a introduzir um pouco de justiça social na ordem econômica, mitigando o excessivo pauperismo pelo intermédio de investimentos e melhores cuidados com as habitações, o transporte público, o saneamento básico e outras modalidades de infra-estrutura, que estavam em estado de calamidade devido ao crescimento desregrado das cidades industriais.

Dessa análise concluo que a universalização do caráter de cidadão só eclode mesmo na Inglaterra durante a segunda metade do século XIX. Antes disso, a relação social entre governantes e governados não era muito diferente da que existia nas sociedades pré-capitalistas, onde havia uma clara distinção legal e mesmo de superioridade moral entre as duas classes. Claramente, não poderia haver uma preocupação com o desemprego diante desse quadro institucional, que só muda com as Leis da Reforma em 1867 e 1884, após as quais a classe trabalhadora foi finalmente admitida como membro do sistema constitucional. *O fortalecimento (social e político) das camadas mais pobres a partir de 1865 vai permitir que as reivindicações trabalhistas saiam do campo romântico e passem a figurar como questões de alguma importância nas assembleias parlamentares. Ironicamente, parece que a "luta de classes" realmente só pode acontecer quando há um mínimo equilíbrio de forças, isto é, pela evolução, não pela revolução.*

⁴ É curiosa a citação do doutor Simon (em Marx, 1983, p.219) sobre o estado geral da saúde nos centros pobres da Inglaterra da década de 1860: "... O vestuário e o aquecimento ter-se-ão tornados ainda mais escassos que a comida. Nenhuma proteção suficiente contra o rigor do inverno: redução do espaço de moradia a um grau que gera enfermidades ou as agrava; ausência quase total de utensílios domésticos ou de móveis [...]. O lar há de ser onde o teto for mais barato; em áreas onde a polícia sanitária dá menos fruto, é mais lamentável o sistema de esgoto, menor o tráfego, máxima a imundície pública, mais miserável ou pior o suprimento de água, e em cidades, maior a falta de luz e ar [...]. Tais são os perigos sanitários a que a pobreza inevitavelmente está sujeita, quando essa pobreza inclui carência alimentar..."

1.2. ERA DA CATÁSTROFE

Entrementes, não acreditemos que a atuação das autoridades públicas na segunda metade do século XIX constituía interferência aberta do Estado nas trocas de mercado, *à la* Social-Democracias modernas. Veremos que, com efeito, até a "morte" do liberalismo econômico durante a Grande depressão dos anos 1930, a ingerência do poder público na gestão da força-de-trabalho e mesmo da moeda era demasiado tímida.

De certo modo, os grandes *booms* econômicos pré-1914 (e nos EUA também o *boom* da década de 20) pareciam rechaçar a idéia de que a intervenção direta era necessária, visto que – em que pese a depressão das décadas de 1870-80 – o nível de vida das classes trabalhadoras havia melhorado muito nos 50 anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Neste período, a Inglaterra veria chegar ao cimo (e logo depois, declínio) a sua posição como potência mundial hegemônica, principal exportadora de manufaturados e capitais (investimento estrangeiro). Estima-se que a taxa média de desemprego entre 1881 e 1913 fora de apenas 4,8%⁵, em contraste com os incríveis 14% médios entre 1921 e 1939 (Constantine, 1983, p.8).

Malgrado a predominância de ideologias liberais que consagravam a ação do indivíduo e reprimiam a do Estado durante o período supracitado (até a década de 30), havia um aspecto novo – preconizado não pelo pai da *mão-invisível* do mercado, mas pelos seus críticos – que reclamava particular atenção da regulação pública. Como se sabe, as revoluções tecnológicas que caracterizaram a Segunda Revolução Industrial⁶ abriram as portas para uma súbita guinada na concentração de capital, porquanto os ganhos de produtividade seriam agora – nesse novo paradigma tecnológico – determinados por economias de escala, isto é, por investimentos maciços em grandes unidades fabris de

⁵ Lembrar que taxas de desemprego antes da primeira guerra eram normalmente definidas como a porcentagem daquela pequena parte da força de trabalho organizada em sindicatos (*unions*), geralmente trabalhadores mais qualificados que os não-sindicalizados (Constantine, 1983, p. 6). O que significa que o desemprego real deveria ser bem maior.

⁶ Particularmente as tecnologias do paradigma ascendente, por volta de 1870-80, da eletro-mecânica. Até 1870, portanto, antes do uso generalizado na energia elétrica em escala comercial, a mecanização (paradigma mecânico) exigia escalas grandes demais (para diminuir a perda de energia), com conseqüentes altos custos e baixa flexibilidade (Alban, 1999).

produção. Diante da elevação dos custos fixos, os ganhos de produtividade de escala, via mecanização, só se efetivavam na prática mediante um estável e elevado nível de ocupação da capacidade produtiva instalada, o que levará, em última instância, a uma dinâmica de crescimento voltada para a integração vertical (Alban, 1999, p.112-113). A onda de fusões que configurou o novo parque industrial norte-americano em fins do século XIX ameaçava seriamente o "bom funcionamento" dos mercados livres, glorificado pela tradição americana Jeffersoniana⁷ - que deplorava a interferência do governo, mas também viria a repudiar as grandes estruturas administrativas monopolistas, que manipulavam preços e mercados. Nesse quadro de surpreendentes mudanças na estrutura concorrencial americana (que só no século seguinte atingiria em cheio a Europa), aprovam-se, respectivamente em 1883 e 1890, a Lei Pendleton e a Lei Antitruste-Sherman, que viriam a restringir o poder de conluio e a permissão de fusões e aquisições das grandes empresas.

A época compreendida entre 1914-1944 é, como escreveu Hobsbawm, a Era das Catástrofes. Em que pese a magnitude e violência das duas grandes guerras mundiais que rechearam esse período, ele também não podia ter sido mais catastrófico no sentido da acumulação capitalista e dos mercados de trabalho. Que a economia mundial precipitou-se para o abismo econômico durante a década de 30, é senso comum. Mas o que muitos não sabem é que ela já estava com um pé em cada lado do penhasco na década anterior. "É difícil lembrar que mesmo durante os anos de *boom* da década de 1920 (1924-9) o desemprego ficou em média entre 10% e 12% na Grã-Bretanha, Alemanha e Suécia, e nada menos de 17% a 18% na Dinamarca e na Noruega" (Hobsbawm, 1995, p.95). O único país que saiu relativamente incólume da Era da Catástrofe foram os EUA (apesar da grande depressão), que ao final da primeira guerra mundial geravam mais de um terço da produção industrial mundial. Ademais, a economia de guerra a que havia sido convertida a americana

⁷ Lipson (1966), conta que, após a emancipação americana em 1776, os Patriarcas (Washington, Jefferson, Hamilton, etc.) da Independência tiveram que decidir quanto poder o sistema político deveria atribuir ao Estado em face da economia e da união dos estados componentes. Os Hamiltonianos preferiam o centralismo, o Estado forte junto com uma elite governante. Já os Jeffersonianos favoreciam o poder descentralizado com controle popular. Já no tocante à economia, os primeiros propugnavam que os EUA progredissem segundo diretrizes industriais e urbanas; vale lembrar que até a independência os EUA eram uma colônia da Inglaterra que praticamente só lhe forneciam produtos agrícolas. No lado oposto, a preferência de Jefferson "era por uma economia agrária e o modo rural de vida" (op. cit., p.273).

entre 1941-44⁸ rendeu ao país as maiores taxas de crescimento (quase 10% ao ano) que ele emplacaria até os dias de hoje. Os EUA teriam saído da Segunda Guerra, então, ainda mais hegemônicos. Em contraste, a Grã-Bretanha tornava-se, a partir da década de 20, uma potência em caminho de decadência, com taxas de desemprego perto de 10%, das quais nunca mais se afastaria muito (exclusos os anos dourados, e mesmo assim, em níveis muito superiores aos outros países europeus). O declínio da Grã-Bretanha explica, em boa parte, porque a maioria dos historiadores vê o período de 1914-44 como um só todo de desastre econômico europeu, quando tanto durante as guerras e entre elas o comércio internacional ficou abalado. Em tempos anteriores, as exportações britânicas e a sua outrora posição hegemônica como credora de capitais epicentravam todos os ciclos de crescimento do continente europeu – na quebra do ciclo, não só a Inglaterra afundava, pois era dependente do comércio exterior, como também levava junto seus principais parceiros comerciais.

Enquanto, por um lado, a Era da Catástrofe punha em dúvida a capacidade do liberalismo engendrar crescimento econômico sustentado, ela com certeza desvelava a crueldade nua e crua do mercado para com aqueles cujas rendas comerciais haviam sido perdidas, isto é, os desempregados. O que tornava a situação mais dramática era que a previdência pública na forma de seguro social, inclusive auxílio-desemprego, ou não existia, como nos EUA, ou, conforme os padrões de fins do século XX, era parca, sobretudo para os desempregados a longo-prazo (Hobsbawm, *idem*, p.97). Na maioria dos países europeus, o seguro-desemprego, durante a depressão dos anos 30, não cobria mais que 25% dos trabalhadores (com exceção da Alemanha e Inglaterra). O contraste entre a capacidade de produção quase inexaurível das máquinas estanques da segunda revolução social e as longas fileiras de desempregados esperando por sopa rala justifica a seguinte afirmação de Manuel Castells: "sabe-se que uma das contradições fundamentais do crescimento capitalista é a tendência à estagnação proveniente do estreitamento relativo dos mercados com relação à massa crescente de capital que se deve colocar em valor" (1977, p.162). *O fracasso da suposta recuperação "natural" dos mercados também anunciou o fim à política econômica liberal, agora substituída, na quase totalidade dos países de capitalismo avançado, pelo que ficou conhecido como políticas de planejamento público,*

⁸ Apesar de a Segunda Guerra Mundial ter iniciado em 1939, os EUA só entraram nela em 1941.

as quais deram substância e validade às economias mistas que iam surgindo, nas quais o Estado deixara de ser mero regulador. Outro lado da transformação radical que rompera com os ditames da economia clássica, era que agora os planejadores públicos, armados com o instrumental keynesiano, passavam a dar a devida ênfase ao lado da demanda (e por demanda pode muito bem entender-se aqui demanda das massas) da economia.

1.3. ANOS DOURADOS

O Estado é um representante de grupos, não de indivíduos. Aliás, muitas vezes resguarda o grupo em detrimento do indivíduo. Portanto, o Estado mais eficaz e – ironicamente – mais representativo é aquele que tem apenas os interesses de dois grandes grupos homogêneos para salvaguardar. Quanto mais homogêneos os grupos, menores as chances de um poder central passar por cima das possíveis diferenças de identidade dentro dos grupos e, portanto, maior sua legitimidade. Pode-se dizer que a sociedade salarial dos anos dourados⁹ teve o sucesso que teve, em termos de pleno-emprego e crescimento econômico, porque as duas grandes classes de maior peso político até então – capitalistas e trabalhadores – estavam equilibradamente bem representadas nas Social-Democracias europeias. As Social-Democracias pareciam ter resolvido o que Keynes chamara de "problema econômico" da sociedade, isto é, instituíram um sistema de divisão de ganhos de produtividade em que aparentemente nenhuma classe ficava com uma fatia grande demais do bolo, em que "sindicatos e confederações patronais se encontravam, sob a autoridade do governo, e negociavam, em escala nacional, os acordos salariais que cada parte se comprometia a respeitar até o próximo encontro" (Bernas, 1980, p.34). Nos Estados- Unidos, a aliança entre as classes não era tão formal, porém lá também havia mecanismos que garantiam o repasse sistemático dos ganhos de produtividade para os trabalhadores. Nos EUA, surge o que Alban (1999) denomina de "relação-salarial fordista", mediante a

⁹ Por sociedade salarial me refiro ao alto percentual de assalariados como percentual da população economicamente ativa (PEA) total. Segundo dados de Harry Braverman (1977, p.321), nos EUA este percentual subiu de 50,7%, em 1900, para 69,1%, em 1970. Do aumento da porcentagem da força-de-trabalho engajada em empregos dependentes (assalariados), infere-se que a contrapartida é a diminuição da atividade empresarial autônoma e dos empregos de profissionais liberais.

qual os trabalhadores recebiam costumeiramente mais do que seu salário-reserva para evitar a onerosa rotatividade do trabalho¹⁰, que solapava a boa operação das linhas de produção.

O fato de mesmo os EUA – historicamente o país desenvolvido em que o Estado desempenha menos funções de caráter econômico –, terem alcançado as menores taxas de desemprego de sua história (embora maiores que a média europeia) entre 1944-74 parece testemunhar contra a importância das economias mistas no que respeita à eficácia da incorporação social. Aliás, aqueles que mais suspeitam da atuação do Estado clamam que o *boom* de crescimento das economias europeias durante os anos dourados teve como causa maior a globalização do modelo fordista de produção, que aproveitou a força-de-trabalho ociosa e criou a demanda necessária para o crescimento sustentado¹¹.

Entretanto, enquanto os EUA lucraram barbaramente com a economia de guerra de 1941-44, o mesmo período deixou a maior parte da Europa Ocidental em escombros. Por isso, não podemos subestimar a importância do planejamento público na reconstrução das economias europeias durante a década de 50. Segundo Castells (1977), as economias mistas que surgiram mediante a intervenção pública eram imprescindíveis para sanar um dos principais estrangulamentos da acumulação capitalista: o fato de que os meios coletivos de consumo que são requeridos para uma reprodução adequada da força-de-trabalho não podem ser fornecidos pelo capital *per se*, visto que eles não são rentáveis no sentido privado. Os meios-de-consumo coletivo dizem respeito a tudo aquilo que compreende a organização funcional das cidades – os transportes, a habitação, o saneamento – e as particularidades que compõem o salário indireto da força-de-trabalho, a saber, a educação, a saúde, a recreação, etc. Mesmo que possamos imaginar a ingerência da esfera privada em alguns dos itens listados, a centralização da sua produção por parte do governo operava tal

¹⁰ Sward (em Braverman, op. Cit., p.131-132) relata que "tão grande era o desgosto do trabalho com as novas máquinas (da linha de produção) que por fins de 1913 toda vez que a companhia (Ford Motor Co.) precisava aumentar 100 homens à fábrica tinha que admitir 913 (!)" (parênteses meus).

¹¹ Entre 1950-79, o produto per-capita dos EUA cresceu a 2.4% ao ano e a média dos outros países industrializados foi de 3.5%. De 1979 a 1989, as cifras caem para 2.1% e 2%, respectivamente. (in *State of Working America*)

qual um presente de "mais-valia social"¹² à iniciativa privada, cujos recursos ficavam liberados para serem invertidos em setores de maior rentabilidade.

No curso da história, o estreitamento da aglutinação do Estado à Economia atinge seu pico nos anos dourados, quando praticamente não havia sentido falar de dualidade ou oposição plena entre os dois. Contrariamente ao senso comum, os anos dourados não foram o momento histórico em que o Estado socorreu os desempregados da fatalidade dos mercados. Isto porque, apesar das políticas de incorporação social dos desempregados terem se generalizado na Idade do Ouro, ironicamente nunca haviam sido postas à prova nesse período, pois a situação era de quase pleno emprego (Matusita e Gimenez, 2000). Mais propriamente, foi um curto lapso de tempo em que a memória recente da Era da Catástrofe produziu um ambiente de solidariedade e relações de animosidade entre classes outrora "fundamentalmente opostas", como diriam os marxistas. Mesmo os governos conservadores da década de 50 produziram reformas que vieram a atender diretamente os anseios da classe trabalhadora – "nos EUA (a partir de 1952), na Grã-Bretanha (de 1951), na França, Alemanha Ocidental, Itália e Japão, a esquerda (na década de 50) estava inteiramente fora do poder...(Hobsbawm, op. cit., p. 279).

O sucesso do pleno-emprego dos anos dourados é consequência tanto do espraio de uma tecnologia (fordista) que propiciava grandes oportunidades de investimento e de ganhos de produtividade; e do papel ativo de um Estado que garantia a ocupação da capacidade produtiva instalada por meio da demanda direta (dispêndio do governo) e principalmente, pela provisão da organização dos meios coletivos de consumo, organização esta essencial para o crescimento dos mercados de consumo individuais. Alegoricamente, enquanto a sobreacumulação¹³ "natural" do capital monopolista puxava a economia para fora do pleno-emprego dos fatores (por gerar um excedente no momento

¹² Por mais-valia social entende-se a apropriação "gratuita" pelas empresas privadas daquilo que forma o salário-indireto: se os trabalhadores têm, por exemplo, saúde e educação públicas de graça, o custo desses serviços não precisa ser incluído no salário dos trabalhadores.

¹³ "A estrutura e dinâmica dos principais mercados industriais e a realimentação derivada da concorrência intercapitalista leva alguns setores industriais a expandirem sua capacidade à frente do próprio ritmo de expansão da demanda, na ânsia de garantir para as empresas líderes fatias do mercado em rápida ampliação" (Tavares e Belluzzo, 1998, p.147-148).

presente), os investimentos públicos de maturação de longo-prazo a traziam de novo para o pleno-emprego¹⁴. Por outro lado, e esta é a minha tese, o marco institucional que regulava a acumulação capitalista e as relações de classe durante os anos dourados era extremamente simples (se compararmos com os dias atuais): as lutas de classe e os "problemas" da fábrica tinham centralidade absoluta nas pautas políticas. Porém, ao consagrar os anseios do operariado, o Estado da Era de Ouro não abrangia os interesses dos sub-grupos da sociedade civil, particularmente as mulheres, cuja emancipação quase que coincide com o declínio da idade dourada. Na era pós-moderna (fins dos anos 60 em diante), vão surgir novos movimentos, entre eles o feminista e o ecológico, que farão caricatura do sucesso estritamente econômico dos anos dourados. Além disso, como atesta Poulantzas (1977), a própria classe capitalista era relativamente uniforme nessa época, ainda não tendo surgido as contradições de poder dentro do seio do bloco capitalista, entre estas as contradições entre o capital bancário e o industrial. Também se tem que a concorrência de mercado, sobrepujada pelo capital-monopolista, ainda limitava-se aos espaços nacionais, sendo relativamente fácil para o Estado tributar os lucros das empresas. *Por último e mais importante para nosso trabalho, a relativa homogeneidade da força-de-trabalho, em termos de qualificações e reivindicações – a ausência de grandes contradições e disputas de poder dentro da própria classe trabalhadora – facilitava a atuação pública, pois, posto o alto nível de demanda agregada, bastavam políticas gerais de emprego e renda para garantir-se o pleno-emprego.*

1.4. DÉCADA DE 70 E CRISE DO ESTADO

Do ponto de vista "de mercado", ou "neo-clássico", crise de acumulação é passagem abrupta de um estado de coisas harmônico para uma anomalia efêmera, um período passageiro – fruto de um acidente de percurso, ou deslize de política econômica – que logo se dissipará quando os mecanismos de oferta e demanda forem desimpedidos e os salários

¹⁴ Há pleno-emprego "numa situação na qual todos aqueles indivíduos que não são, ou não desejem ser, sustentados pela família, pela previdência pública, ou através de rendimentos de capital, têm uma chance real de ganhar uma renda participando do mercado de trabalho" (Offe, 1989, p.219). Mesmo em situações de pleno-emprego, a taxa de desemprego geralmente é maior que zero, pois há de se considerar o desemprego friccional devido à rotatividade de trabalho, isto é, o tempo de mudança de um emprego para outro.

reais retornarem (baixarem) a seu nível de equilíbrio. Já os marxistas alvitram não só que a crise é inerente como também que a continuidade perfeita, se houvesse, colocaria em risco a própria acumulação. Sem quebra de ciclo e reestruturações qualitativas na acumulação, o capitalismo engordaria, implodiria e ultimamente se liquidaria. Isto vai em encontro direto à tese shumpeteriana¹⁵ de que desenvolvimento não é simples acumulação numérica de capital, mas sim inovação. Não só o capitalismo se alimenta de leis fora da sua esfera mais direta de atuação (Poulantzas, op. cit., p.6), precisando sempre criar novas necessidades, destruir velhos empregos e produzir novas qualificações, como também é justamente em momentos de crise no sentido mecanicista de queda das taxas de lucro que ele renasce sobre-modo mais criativo. O capital não inova no fio na navalha, enquanto os lucros são gordos ele se mantém criativamente estéril. Seria, portanto, o movimento do capital uma força progressista *per se*, capaz de se adaptar – como um camaleão – a uma miríade de quadros sócio-institucionais distintos? "O que é desemprego para os operários é lubrificação do aparelho produtivo para os capitalistas", sussurra Suzanne de Brunhoff (1977, p.122).

Com este breve prólogo, proponho a tese de que a crise do Estado a partir da década de 1970 é fruto do descompasso entre a rapidez das mutações qualitativas do capital – que já vinham se anunciando em fins da década de 1960 – e a relativa letargia dos grupos predominantes durante os anos dourados em se adaptar a um novo regime de acumulação, mais flexível. A crise não é, portanto, a falência *per se*, contábil, dos Estados de Bem-Estar Social. Pelo contrário, a alíquota tributária média dos países da OCDE subiu de 26,7% (como proporção do PIB), em 1965, para 38,8%, em 1990. Tampouco devemos superestimar o papel do choque do petróleo, em 1973, na crise financeira dos governos – os encargos pagos pelas economias europeias no âmbito do Plano Marshall foram duas vezes superiores à transferência de renda (6,5% e 9% das exportações) à OPEP em virtude do aumento do preço do barril de petróleo (Benakouche, 1981, p.106). Por trás da estagflação da década de 70, subjazem os primeiros sinais de arrefecimento do modelo fordista, na

¹⁵ Marcus Alban (op. cit.) relata que, para Schumpeter, desenvolvimento é mais que mera acumulação de capital: desenvolvimento é sinônimo de destruição criativa, isto é, inovações postas em movimento pelo *entrepeneur* que revolucionam os fundamentos da competição de mercado, que criam novas regras e destroem padrões antigos.

década anterior.

Após 1966, há sinais de queda na lucratividade das empresas americanas¹⁶. O excesso de capacidade instalada já não podia mais ser preenchido pelas exportações americanas, pois não só os mercados internos europeus já eram abastecidos pela produção interna, como também a emergência de grandes produtores de bens duráveis e de bens de capital, principalmente a Alemanha Ocidental e o Japão, desafiava a hegemonia americana. A dificuldade de realizar a mais-valia concomitantemente ao excesso de capacidade produtiva é ponto-chave para compreendermos o colapso do acordo de Bretton-Woods¹⁷, no quadro de hipertrofia financeira que despontara em 1966-67. Isto porque os direitos financeiros são como um estoque de ativos que se avolumam na incapacidade de se materializar em investimentos reais. A explosão do mercado de eurodólares – excesso de dólares volitantes que eram depositados em bancos não-americanos, mormente na City de Londres – se tornaria a fundação de um mercado global de incontrolláveis capitais de curto-prazo. "Todos os governos acabaram sendo vítimas do crescimento explosivo do mercado de euro-moedas (que saltou de 14 bilhões de dólares em 1964 para 160 bilhões em 1973), pois perderam o controle das taxas de câmbio e do volume de dinheiro em circulação no mundo" (Hobsbawm, op. cit., p.272). Assim, é a persistência obstinada dos governos em manter as taxas de investimento altas que leva à perda de controle das finanças públicas e é o excesso de emissão de moeda que deságua na inflação galopante da década de 70, uma vez que a capacidade de mais endividamento por parte dos estados nacionais estava ultimada. A inflação renitente vai pressionar as exigências salariais dos trabalhadores às

¹⁶ No caso americano, as taxas médias de lucro tinham subido de 9,9% em 1960 a 13,7% em 1965 para depois cair de novo a 8,7% em 1970. As cifras do Reino Unido são similares, porém sua taxa de lucro perdera o fôlego mais cedo – caiu de 14,2% em 1960 para 11,8% em 1965, e finalmente 8,7% em 1970 (Desai, 2003, p.308).

¹⁷ Bretton Woods (BW) é o nome de uma cidade americana onde líderes mundiais e seus assessores econômicos (inclusive John Maynard Keynes) se reuniram em 1944 para consolidar uma nova regulação macro-econômica internacional que proovesse a estabilidade financeira e estimulasse o comércio externo, abalados durante o período entre-guerras. Para isso, o acordo de BW previa a fixação do preço do ouro (37 dólares a onça), inviabilizando assim a oferta e circulação excessiva de dólares, porquanto senão o lastro de 37 dólares a onça não poderia ser mantido. Além disso, a partir da reunião de BW foram criadas duas importantes instituições internacionais: o FMI, que emprestaria recursos aos países deficitários para que eles não tivessem que desvalorizar sua moeda (e assim a paridade com o dólar manter-se estável), e o Banco Mundial, "encarregado" de promover o crescimento econômico dos países em "dificuldade", principalmente os do terceiro mundo.

alturas, sendo elas mesmas mecanismo extra de realimentação da inflação. À guisa de curiosidade, em 1976 os salários alcançaram uma cifra como proporção da renda total sem precedentes – 74% era a média dos países da OCDE – (que viria, aliás a diminuir nas décadas posteriores), donde depreende-se que os movimentos salariais eram os principais desestabilizadores dos níveis de preços, tanto pela via dos custos como pela demanda. Por isso a batalha do capital contra os sindicatos nesse período, o qual tentava superar os problemas de rigidez com uma nova organização do trabalho a qual o movimento sindicalista organizado se opunha entrincheiramente, como na famosa onda de greves de 1968-72¹⁸. Em que pese a responsabilidade dos sindicatos para que seus interesses mantenham-se representativos da maioria da população trabalhadora, é mister ressaltar que as suas demandas salariais começaram a posar preocupantes, uma vez que os ganhos de produtividade a que eles estavam acostumados no passado haviam se extinguido (minguado) nas décadas de 70 e 80 – assim, as reivindicações realmente poderiam implicar em salários reais muito elevados, gerando o típico desemprego clássico¹⁹.

Outra tese para a explicação da crise dos Estados Nacionais encontra-se na maturação do processo de globalização, que não por acaso coincide com o declínio do fordismo, com o acirramento da competição de mercado e enfraquecimento dos sindicatos e demais associações patronais ou públicas locais. Segundo Benakouche, "a crise resulta de um enfraquecimento da capacidade do Estado em organizar o espaço econômico nacional, de uma tendência à diluição do espaço interno das produções em benefício da produção mundial" (op. cit., p.101). Com a globalização, a sólida aliança dos anos dourados entre

¹⁸ Não só as greves, mas em fins da década de 60 a atitude dos trabalhadores diante das novas tecnologias (ver sessão 3.4) – incluindo os altos índices de absenteísmo e abandono do emprego – revelavam uma "nova atitude do trabalhador", no sentido de resistência e inquietude perante a crise do fordismo. Como relata esse informe de 1970 da revista *Fortune* (em Braverman, op. cit., p.38): "Chegou a um ponto em que uma média de 5 por cento dos trabalhadores horistas da General Motors falta ao trabalho todos os dias [...] sobretudo nas sextas e segundas, a cifra sobe para 10 por cento[...]. O índice de abandono no emprego foi de 25,2% no ano passado".

¹⁹ O desemprego clássico baseia-se na hipótese de que as empresas, para uma dada tecnologia, têm curvas de custo marginal crescentes, ou seja, o custo unitário aumenta com a produção. Isto ocorre porque, para uma quantidade fixa de capital, empregados adicionais vão contribuir cada vez menos para a receita (porque vão ter que dividir as máquinas e equipamentos, o capital fixo). Desse modo, a única maneira de contratar mais trabalhadores (que representam custos), após um certo ponto, é se o salário baixar, pois – como foi dito – a produtividade de cada trabalhador adicional é decrescente.

capital-monopolista e governo nacional se desfaz. Se a maior parte das exportações e importações virou comércio intra-empresas²⁰, podemos alegar com certo grau de certeza que o espaço econômico do capital não mais coincide com a territorialidade política.

Um dos aspectos da nova modalidade de acumulação é o surgimento – com o colapso do acordo de Bretton Woods – de um novo sistema financeiro mundial privado. A emergência de poderes ampliados de coordenação financeira por parte dos grandes bancos multinacionais solapa a capacidade dos Estados (exceto talvez os EUA) de controlar o crescimento da moeda ou de defendê-la contra ataques especulativos. Com a desregulamentação dos mercados financeiros, a partir de 1972 – mais uma iniciativa do Estado de refrear a queda do crescimento econômico – conclui-se definitivamente o processo de divórcio entre o capital industrial e o bancário. O novo sistema financeiro privado é a face mais representativa da flexibilidade da nova fase de acumulação, dando muito mais autonomia aos capitais globais em comparação com o financiamento corporativo, estatal e pessoal (Harvey, 1994). Aliás, o capitalismo global também dispensa e mesmo repele a ação coletiva por parte dos típicos trabalhadores do modelo-fordista. Como salienta Harvey, "o trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas" (op. cit., p. 141). De um lado, o capitalismo global parece fazer recrudescer o velho xenofobismo (e consoante protecionismo) dentro da força-de-trabalho, dado que nas últimas três décadas foi comum ouvirmos os trabalhadores americanos menos qualificados bravatearem estar perdendo empregos para os asiáticos de salários de subsistência. Ou então, os alemães alegando que é impossível competir com sul-coreanos tão qualificados quanto, mais que recebem um quarto do salário

Portanto, não só o capital passa agora a ser reproduzido internacionalmente, mas também as relações de classe. Entramos numa nova divisão inter e intra-nacional da produção que, combinada com o processo de pós-industrialização das economias centrais, rompe o equilíbrio de forças entre capitalistas e proletariado que não só prevalecia no regime fordista, como também era indispensável à sua estabilidade. Em sessões posteriores,

²⁰ "46% das importações americanas, em 1974, deviam-se a fluxos internos de firmas multi-nacionais (FMN) de sede americana ou estrangeira" (Benakouche, 1981, p.124).

veremos como a acumulação flexível — como veio a ser chamado o regime de acumulação predominante na maioria dos países capitalistas a partir de fins dos anos 70 — engendrou transformações exasperantes nos contratos de trabalho de muitos empregados até então protegidos pelo marco institucional corporativista-sindicalista do fordismo, como também transformou a divisão internacional do trabalho no sentido de industrialização de países outrora periféricos e desindustrialização de economias centrais, tais como os EUA, cuja mão-de-obra operária (industrial) hoje não corresponde a sequer 20% da PEA. Por ora, concentremo-nos no desenrolar da crise que antecedeu estes fenômenos.

Em primeiro lugar, tem-se que, com a mecanização crescente das linhas de produção, o fordismo — como processo técnico — se auto-corrói à medida que vai despejando os trabalhadores então excedentes no setor terciário²¹, em que o espírito coletivista é mais tênue. Aliás, o aumento da terciarização por si só é pedra angular para a explicação da queda do crescimento médio da produtividade do trabalho, visto que o setor tradicionalmente não se preza à automação. Outra força de desestruturação do modelo industrial-fordista jaz na via do consumo, da reprodução da força-de-trabalho. O crescimento do consumo das famílias, tomado como indicativo do sucesso dos anos dourados em termos de uma distribuição de renda mais equitativa, começara a mostrar sinais de estagnação na década de 60, pois as famílias de classe-média já não tiravam proveito de mais carros, geladeiras e outros eletrodomésticos, isto é, todos aqueles itens que ilustravam o *american dream*, os bens-duráveis outrora de luxo que haviam sido proletarizados. Mesmo na Alemanha Ocidental, a proporção do consumo de duráveis na renda total caiu de 13,6% para 12,7% em 1974. Assim, recorrendo ao argumento de Keynes de que a propensão marginal a consumir tende a diminuir com o aumento da renda²², enfatizo que por volta dessa época o consumidor médio dos países ricos passou a requerer

²¹ “Verifica-se, por exemplo, que a população ativa no setor de serviços sobre a população ativa global, que era de 43,2% em 1929, passa a 62,8% em 1972 nos EUA; de 36% a 62% no Canadá; e na França, de 25,9% em 1911 para 50% em 1975” (Benakouche, *idem*, p. 118).

²² Esta hipótese de Keynes é de fácil intuição. Por exemplo: uma pessoa que tem uma renda mensal muito baixa, digamos 300 reais, provavelmente consumirá quase que a totalidade de sua nova renda se ela dobrar para 600. Agora, tome o caso inverso: um indivíduo com uma renda mensal de 10000 reais — que já proveu há tempo suas necessidades fisiológicas e culturais de consumo — tem uma grande propensão a poupar a maior parte de sua renda adicional quando ela dobrar.

novos incentivos para despendar a totalidade (ou quase) de sua renda. Neste ponto, a produção customizada, em detrimento da padronizada, passa a ganhar corpo nos mercados globais. Temos portanto uma guinada para a produção flexível, em que o contato diário com o mercado consumidor fornece os ingredientes necessários para a continuidade das inovações (Porter, 1993). Assim, os critérios de competitividade, longe de se resumirem às economias de escala do modelo fordista-taylorista, baseiam-se na capacidade de responder rapidamente às informações do mercado e eliminar concorrentes mediante produtos de melhor qualidade e confiabilidade. Daí infere-se o aumento exagerado de inovações de processo e produto que presenciamos com a eclosão do sistema toyotista (ver sessão 3.2), de produção flexível. O novo perfil de competitividade, dada a concorrência muito mais acirrada do que nos anos dourados, particularmente com a emergência dos *new global players* do Leste Asiático, privilegia muito mais a diminuição de custos e melhoria de qualidade do que o aumento da produção. Neste particular, é preciso aludir à possibilidade real de desemprego tecnológico, visto que os aumentos de produtividade, mantida constante uma produção "X", ensejam redução de custos e inadvertidamente demissão de pessoal ou substituição de mão-de-obra por capital.

Pois bem, por um lado devido à desaceleração do crescimento e por outro, devido à eclosão de taxas de inflação perturbadoras (lembrar também a contribuição do choque do petróleo), a conjuntura da segunda metade da década de 70 certamente não replicava as benesses dos anos precedentes. Neste quadro de crise, teóricos liberais que há muito espreitavam a oportunidade se aventuraram em propor grandes reformas na economia, reformas que virariam a mesa e recuperariam o fôlego das economias "aleijadas pelo peso do Estado de Bem-Estar Social". Sabe-se que de maneira geral nem os governos de direita conseguiram solapar os "direitos adquiridos" das camadas populares. Ademais, o envelhecimento das populações cobrou gastos adicionais com seguridade social e atendimento médico, visto a já referida elevação das alíquotas tributárias. Por curiosidade, mesmo a liberal Thatcher, quando abandonou o governo, deixou a classe média com uma carga tributária ligeiramente superior à do início de seu mandato.

Todavia, vale citar o caso de Reagan, que – malgrado não tenha diminuído a ingerência do Estado nos assuntos econômicos – realizou feitos "incríveis". Como nos lembra o economista indiano Meghnad Desai (2003), a mudança de corrente político-

ideológica que se manifesta com a eleição de Reagan não é mera virada de mesa a favor dos republicanos. Aliás, o primeiro presidente americano republicano com vertentes keynesianas eleito foi Nixon, em 1968, cuja manutenção de um governo de tradição keynesiana confirma-se pelos expressivos aumentos de gastos sociais como proporção do PIB ao longo de seu mandato²³. Reagan, eleito em 1980, foi então o pioneiro das reformas liberais (seguido dos Bush). Um dos aspectos mais interessantes dessas reformas é que elas confluem para o que os economistas chamam de *trickle-down economics*. Resumidamente, "to trickle down" significa uma remodelação do sistema tributário que indeniza proporcionalmente menos os ricos. Segundo a autora Hazel Henderson (1996), este resultado é alcançado, principalmente, pela dedução dos impostos sobre os ganhos de capital, o que também acaba propiciando a automação pois a mão-de-obra torna-se artificialmente mais cara em relação ao capital. Ademais, foi o aumento desproporcional dos impostos de renda e das contribuições sociais – que tornam a mão-de-obra ainda mais cara – que injustamente financiaram boa parte do aumento da carga tributária. A autora segue alegando que o sucesso dos governos liberais americanos em reduzir as taxas de desemprego é aparente. Isto porque as taxas de desemprego publicadas pelos órgãos nacionais comumente subestimam os reais índices. Em primeiro lugar, empregos que antes eram ocupados por uma pessoa agora se repartem em dois empregos de meio-período. Se o salário por hora tivesse aumentado de maneira sustentada, talvez menos trabalho não fosse um problema alarmante, senão um triunfo. Porém, estatísticas mostram (ver anexos) que o salário por hora de um trabalhador americano médio se manteve praticamente inalterado desde fins da década de 70 até o início da de 90. Segundo Jeremy Rifkin (2006), a remuneração real diminuiu de 7,78 para 7,69 dólares hora no setor industrial entre 1980 e 1990. As estatísticas americanas também escondem a distribuição desigual dos empregos, os quais estão concentrados na classe de trabalhadores homens brancos. E, de maneira retumbante, as altas taxas de desemprego nos Estados Unidos e outros países da OCDE não são mais mero reflexo de uma passageira conjuntura nacional ou internacional desfavorável – tornaram-se características estruturais das economias reformadas, mazelas

²³ De acordo com James Peterson (1981, p.164), os gastos sociais (*welfare*, seguridade social, *medicare*, etc) elevaram-se a uma média anual de 7,2% entre 1965 e 1976. Em 1974, estes gastos já montavam a 16% do PIB, arrebatando o décimo sétimo lugar no *ranking* dos países industrializados.

que não se podem expurgar com meras quedas das taxas de juros ou corte de impostos.

SEGUNDA PARTE: A CULTURA DO CAPITAL

2.1. A QUEDA DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Rosa Luxemburgo escreveu em seu *Acumulação do Capital* que, por mais que o fim último da acumulação capitalista não fosse a satisfação de necessidades individuais e coletivas, ela precisaria, como qualquer outro modo de produção, atender a condições materiais, objetivas, da reprodução dos trabalhadores e da reprodução social como um todo. No entanto, a alocação do produto líquido entre produção e consumo, alocação esta cuja estabilidade define um dado regime de acumulação, necessita ser algo mais que fisiologicamente plausível – requer um casamento cultural e psicológico entre a lógica transformativa da produção e as relações sociais. Tem de haver, portanto, "uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, leis, hábitos, redes de regulamentação[...]que garantem a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução" (Liepietz, 1986, *apud* Harvey, 1994, p.117). Em outras palavras, a tendência inexorável do capitalismo à sobreprodução – por gerar um excedente maior do que pode absorver – não pode ser aplacada apenas pela ingerência indireta ou direta do Estado; o modo de regulamentação do sistema produtivo abrange todas as instituições, da família à recreação cultural. Tem-se, então, que – sob uma ótica – a história do desenvolvimento capitalista é o curso avassalador de uma subsunção dos costumes, da organização do trabalho e das tradições ao mecanismo de mercado. Passaremos, primeiramente, à primacial questão de como a ascensão do fordismo-taylorismo e sua completa disseminação pelas economias industriais não se realizaram de modo instantâneo e aprazível, em que pese a superioridade científica e tecnológica das linhas de produção.

Datado do final do século XIX, o método taylorista – Frederick Taylor foi o pioneiro da gerência científica – partia do princípio de que o processo de trabalho deveria depender não das capacidades dos trabalhadores, mas inteiramente das políticas gerenciais.

Outro princípio fundamental da gerência científica, ancorado pela dualidade capital/trabalho e pela dicotomia trabalhador/gerente, era que "todo possível trabalho cerebral deveria ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou de projeto..." (Braverman, 1977, p.103). Este princípio de gerência científica visava – em nome da eficiência – extirpar qualquer resto de arbitrariedade que o trabalhador ainda tivesse no andamento do processo produtivo. A partir dessa abordagem reducionista de eficiência, inadvertidamente geram-se confrontos e rixas entre os operários e a gerência. Das disputas nem um pouco disfarçadas entre capital e trabalho, ensejadas no coração da fábrica taylorista, fortaleceu-se o conceito de trabalhador coletivo – a massa injustiçada pelo "relógio impetuoso de Taylor", que assentava limites explícitos de tempo para a realização de cada tarefa. O sonho de Taylor de arrebatar a subsunção dos trabalhadores à disciplina da tecnologia amparava-se numa noção altamente disseminada já no começo do século XX de que o progresso da ciência e da tecnologia apontaria para um futuro em que imperativos técnicos de produção iriam suplantear quaisquer contendas de classes, uma era pós-industrial governada por tecnocratas competentes e isenta de trabalho degradante, inóspito e insalubre²⁴. Em que pese o deslumbre dos arautos da ciência com uma era pós-industrial, foi Henry Ford quem deu os primeiros passos para uma maior aglutinação entre o "potencial progressista" das máquinas e as condições de vida dos trabalhadores. Em parte, Henry Ford tornou-se conhecido como o homem que teria intensificado ainda mais o processo de trabalho mediante a concretização dos princípios teóricos de Taylor, de parcelização e fragmentação do trabalho, em sua famosa linha de produção. Com efeito, Ford realmente primava pela perfeição da produtividade, advogando que colocando-se cada trabalhador a fazer uma única atividade repetidamente, num ponto fixo da fábrica, à frente das esteiras mecânicas, não haveria desperdício de tempo com o deslocamento dos funcionários²⁵.

²⁴ Entre os utopistas tecnológicos, Rifkin (2005) cita Edward Bellamy, que em 1888 publicou o célebre *Looking Backward 2000-1887*. Os utopistas "combinaram com êxito o conceito cristão de salvação eterna e o ethos utilitário americano em uma nova e poderosa síntese cultural. A ideia de que a ciência e a tecnologia – utilizadas por uma nação de trabalhadores dedicados e fiéis impregnados da moderna ética do trabalho... [nos levariam a um reino terrestre de grande prosperidade e ociosidade contínua (idem, p.46-47).

²⁵ "Em 1914, Ford encomendou uma pesquisa que revelou que na sua fábrica os trabalhadores podiam ser agrupados em 7.882 tarefas diferentes[...]. Das tarefas de precisão, 670 podiam ser executadas por pessoas privadas de ambas as pernas; 2.637 podiam ser feitas por pessoas de uma perna só; duas podiam ser feitas por

No entanto, David Harvey reconhece uma diferença marcante entre Taylor e Ford. Segundo Harvey:

"o que havia de especial em Ford era a sua visão (...) de que produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força-de-trabalho (...), uma nova estêncica e nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade racionalizada, democrática, modernista e populista" (1994, p.121).

Indo além do determinismo marxista – de que a adaptação do trabalhador ao modo capitalista de produção se faz exclusivamente à base da paulada e da destruição das referências externas ao capitalismo (destruição de outros modos de produção, outros salvo-condutos) –, Harvey observa que o salário-eficiência²⁶ de Ford era mais que simples artifício para extrair maior produtividade, era "dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos em massa que as corporações (como a automobilística Ford Company) estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores" (idem, p.122), era criar o estilo corporativo de vida, em que a disciplina operária seria obtida "à troca justa" da plena participação de uma frutífera sociedade de massas. Seja realmente por "tais motivos nobres" ou meramente para resguardar a dedicação e diligência de seus trabalhadores, conta-se que Ford enviava investigadores que deveriam verificar a probidade de seus funcionários, como por exemplo a ausência de hábitos de jogo ou bebida excessivos (Ehrenberg e Smith, 2001, p.440).

Malgrado a insistência dos renitentes marxistas ortodoxos, que tachavam os aumentos de salários de crassa manipulação ou de tentativa de criar um sindicato-casa entre

peças privadas de ambos os braços: 715, por peças de um braço só: dez, por cegos" (De Masi, 1999, p.136).

²⁶ Na teoria econômica, salário-eficiência é aquele salário acima do salário-reserva do trabalhador. Este, por sua vez, é o limite mínimo que o trabalhador estaria disposto a receber, limite no qual ele "acha" o benefício do salário ou do ócio (lazer) de não trabalhar praticamente indiferentes. Em termos práticos, o salário-reserva gira em torno do salário médio de mercado, enquanto o salário-eficiência constituiria um bônus, seja para que o trabalhador labore com mais afinco ou para que ele não se demita em busca de uma oportunidade de emprego melhor.

empresa e trabalhadores e preservá-los em sua condição de subalternos, só os aumentos salariais e as relações intra-fábrica são insuficientes para entendermos a totalidade da abrangência do novo sistema de vida que estava surgindo nos EUA – e mais tarde – na Europa Ocidental, e porque ele demorou tanto para se disseminar. Citando Harvey novamente, na mesma obra o autor reitera que havia dois grandes motivos que impediam a "aceitação" do fordismo no período entre-guerras. Em primeiro lugar, a singularidade do processo de produção controlado e fragmentado contrastava de forma marcante com as organizações de teor ainda primacialmente artesanal, como as fábricas de automóveis da Itália. A segunda barreira – visto que o modelo fordista era o estágio iminente do desenvolvimento capitalista, o que significava que as últimas autarquias econômicas individuais e outras formas de segurança material extra-mercado estavam prestes a deixar de existir – era a falta de uma regulação estatal que inviabilizasse a recidiva de grandes depressões como a dos anos 30, que poderia colocar as pessoas novamente em perigo de sobrevivência. Em outras palavras, o trabalho organizado, mormente o dos países que vieram a constituir as sociais-democracias européias, não iria entregar-se de bom grado ao modelo corporativista-mercadológico do fordismo enquanto não tivesse a garantia de que uma instituição que não o mercado, na prática o Estado, o protegesse das inseguranças inerentes ao capitalismo monopolista. Assim, tanto a rivalidade ideológica quanto objetiva-material entre empresariado e operariado do período entre-guerras marcavam a impossibilidade da consolidação plena da "grande família", como diria Ford.

Outra maneira de captarmos a essência da sociedade fordista é contemplada na tese, de Domenico De Masi, de que a Indústria "fabrica produtos, serviços e valores para depois impô-los à sociedade que, por isso mesmo, se chamará industrial" (1999, p.143). A uma padronização dos produtos corresponde uma dos gostos. A uma divisão racional de atividades na fábrica está associada uma designação de papéis específicos, conforme a idade, o sexo, etc. Talvez a evidência mais crassa da racionalização da sociedade tal qual uma linha de produção seja o que De Masi chama de sincronização dos tempos de vida e de trabalho, "pelos quais massas incontáveis de trabalhadores devem chegar pontualmente ao trabalho, operar de modo pré-definido..." (idem, p.144).

Passaremos agora à descrição das condições sociais hegemônicas do período que caracteriza o rápido fortalecimento e engrandecimento dos Estados de Bem-Estar Social,

que se provaram demasiado compatíveis com o modo fordista de produção. Foi um período único na história do capitalismo, cujas particularidades privilegiaram a ação coletiva, em contra-posição ao que viria a acontecer após a década de 70. Segundo Offe.

"A figura-chave no pressuposto da ação racional coletiva é o trabalhador assalariado, do sexo masculino, desprovido de propriedade, que está empregado em tempo integral e durante a maior parte de sua vida, e cuja subsistência material e de sua família depende de um nível suficiente e de um fluxo contínuo de renda contratual" (1989, p.280).

Offe continua a sua explanação sobre a ação coletiva dizendo que a percepção predominante dos trabalhadores de estarem envolvidos em algum conflito social fundamental que separa trabalho e capital instigava a um sentimento de inter-solidariedade. Quanto mais homogênea fosse a classe, vide a Suécia, mais forte seria esse sentimento. Esse conflito – que beirava o metafísico e as meta-narrativas²⁷ do modernismo – entre capital e trabalho, fortalecido pela gerência fordista, parecia inalienável aos trabalhadores, senão dogmático. Com a crença numa suposta imutabilidade dessas relações de classe – donde se depreende uma situação de conflito quase que tautológica – não é à toa que os ideais libertários e anti-estatizantes do que viria a ser conhecido depois como pós-modernismo perdiam o lugar para os ideais igualitário-coletivistas mais tradicionais. Ademais, devido à memória recente da Era da Catástrofe, tanto os trabalhadores como os capitalistas se entregavam ao espírito coletivo e à liderança dos Estados de Bem-Estar, já que o investimento naquilo que é público floresce quando o futuro parece esplendor e quando todos os esforços de uma comunidade são despendidos para não fazer do esplendor certo um simulacro do passado trágico. Os últimos fatores estruturais que privilegiavam a ação coletiva, até o final dos anos 60, podem ser assim sumariados: o setor industrial ainda era predominante na economia, o que fortalecia o "trabalhador-coletivo", forjado nas lutas-

²⁷ Meta-narrativas são interpretações teóricas de larga escala pretensamente universais (Harvey, 1994). Por exemplo, a teoria da luta de classes marxista é uma meta-narrativa pois ela "reduz" o ser social a um agente histórico abstrato (mesmo que revolucionário), que anuvia as diferenças **dentro** da classe.

de-classe das instalações fabris; o mercado acionário ainda era incipiente e a quase totalidade dos trabalhadores não detinha sequer uma ação – os salários representavam uma parcela crescente da renda e a sindicalização também crescia (principalmente nos primeiros anos de crise da década de 70, depois decrescendo ou no mínimo estagnando na maioria dos países). Destarte, a criação de sociedades capitalistas industriais avançadas parecia estar dando muito certo, não só para os capitalistas, os ganhadores tradicionais, mas também para as classes populares, posto que – por curiosidade – a menor concentração de renda alcançada nas décadas de 40 e 50 já se enxergava mesmo anteriormente à coleta de impostos²⁸.

Como pôde então o sonho tão perfeito dos anos dourados – como tudo que é sólido – se dissolver no ar? Deveras, "os pacotes de políticas de previdência-social, de pleno-emprego, de assistência social relacionada à pobreza, de saúde e educação, de moradia" (Offe, idem, p.281), tudo isso não seria algo que poderia trazer simpatia mesmo àqueles fora da classe-trabalhadora, fora dos sindicatos e das principais instâncias representativas perante o Estado? Não exatamente. De qualquer forma, em que pese a minha resistência ao determinismo econômico, foi o próprio desenvolvimento das forças produtivas capitalistas que, escorado pela aliança sólida entre classes durante os anos dourados, acabou fulminando a própria base desta aliança, isto é, o conceito de classe. Na próxima sessão discutiremos os aspectos positivos da emancipação do indivíduo perante o coletivo. Mas, para terminar essa, vamos discutir como o desmantelamento, ou melhor, a perda de legitimidade da ação coletiva, levou ao arrefecimento dos *welfare states* (W.S.). Antes disso, todavia, quero antecipar que a aliança entre capital e trabalho no respaldo dos W.S. ironicamente enlanguesceu a velha dicotomia entre capital e trabalho, porquanto mostrou como o trabalhador, individualmente, podia ganhar com um comportamento cooperativo perante o capital. Parece, afinal, que a velha "profecia" marxista de que a ação coletiva renitente nasce da crise e do sofrimento tinha lá seu mérito.

Na coletânea de ensaios *O Estado em Crise*, um dos autores, Manuel Castells,

²⁸ Nos EUA, em 1928 os 1% mais ricos possuíam 24% da renda nacional. Em 1945, detinham "apenas" 12%. Em 1960 menos ainda, 10%. Porém, a partir da década de 70 a melhor distribuição de renda começa a reverter-se. Em 2006, os 1% mais ricos tinham recuperado quase todo seu monopólio econômico, detendo incríveis 23% da renda nacional. (*in State of Working America*)

assevera que:

“a aceleração da acumulação do capital monopolista e o desenvolvimento do consumo individual de mercado são coerentes com uma diversificação da estrutura de classe e uma expansão da nova pequena burguesia, mais sensível aos aspectos ideológicos dos bens e serviços e a uma estratificação do consumo em termos de estatuto”
(1977, p. 182).

Realmente, o desenvolvimento capitalista, na sua incessante qualificação e desqualificação de posições, diferencia. O aumento das rendas médias oriundo da acumulação espraia possibilidades e oportunidades díspares de ganhos individuais, à medida que o capital “liberta os trabalhadores dos grilhões coletivistas tornando-os empresários de si mesmos” (não no sentido de terceirizados, mas de detentores de maior autonomia individual devido à maior e diferencial qualificação). Parece que o sentimento de coletividade e coesão social da *golden age* era fruto do que a pobreza havia construído na vida pública. Com a prosperidade e expansão das oportunidades (com as coisas não tão determinadas por berço), padece o estímulo para se revoltar – afinal, o capitalismo deixa de ser assim tão vilão. Em grande parte, a expansão das oportunidades individuais advém do acesso mais fácil e generalizado ao ensino superior. Antes da segunda guerra-mundial, mesmo na Alemanha e na França, países relativamente instruídos, a população com ensino superior completo não chegava a 0,2% da população total. Em 1980, os países “mais educacionalmente ambiciosos” já tinham elevado essa cifra para mais de 3%. De lá para cá o avanço foi ainda muito mais avassalador (ainda mais considerando o já provável falecimento dos indivíduos de gerações pré-segunda guerra)²⁹.

Offe propugna razões semelhantes para a destruição dos fundamentos culturais e normativos do W.S. Seu argumento principal, na linha de Castells, é que passam a existir, na força-de-trabalho das sociedades democráticas altamente industrializadas, crescentes

²⁹ Dados encontrados em Hobsbawm (1995, p.290).

oportunidades de vida entre a totalidade dos trabalhadores assalariados. Com efeito, já não há mais nessas sociedades uma preponderância numérica do operariado, relativamente homogêneo, contra a classe-média ascendente (ironicamente, os filhos do operariado ou mesmo ex-operários). A terciarização das economias e o crescimento da classe-média criaram um sem-número dos chamados “colarinhos brancos”, a pequena nova burguesia. Uma classe (se é que podemos chamá-la de classe) que quer se diferenciar mediante o consumo de bens individuais, não coletivos. Um novo contingente de camadas populares que não mais abraça os ideários igualitários, de Estado-totalizante e opressor, mas sim de liberdade, mesmo que efêmera e ilusória, como veremos na sessão sobre o movimento pós-modernista. A segunda gama de argumentos de Offe sustenta-se na fragilidade real que o W.S. tinha de distribuir fundos e acolher marginalizados do mercado. O autor aponta que a antiga “solidariedade” da classe trabalhadora não foi apenas solapada pela emergência de grupos com outros interesses e ideologias, mas também pelo fato de que ela se sustentava num delicado período de crescimento que foi único, fugidio e transitório. Na grande crise de 1974-75, após a qual as taxas de desemprego nunca retornaram à normalidade, foi posta à prova a lealdade dos indivíduos aos seus colegas pobres, desamparados e desempregados. Como – por causa da crise econômica e fiscal – os gastos sociais não puderam continuar crescendo como durante os anos dourados (o que foi uma injustiça do acaso contra os W.S. porque é justamente quando há menos recursos que eles são mais requisitados, para financiar o seguro-desemprego, por exemplo), a crescente lacuna entre o ideal e o possível aumentou, arrebatando desconfiança e descrença das pessoas no Estado. Isso, acoplado à maior carga tributária sobre aqueles que estavam seguros, alargou as disparidades de interesse e de renda entre as camadas populares, disparidades estas que haviam sido apaziguadas previamente. Daí a inclinação da classe-média, agora predominante, de votar em partidos de direita, que tiraram proveito da fragilidade do W.S.

O terceiro argumento diz que as tendências de polarização e divisão dentro do mercado de trabalho, concomitantemente à hibridização da classe trabalhadora, complicaram a “tarefa” das sociais-democracias de manter o pleno-emprego, visto que, principalmente nos anos 80 e 90, há uma perda de representatividade das centrais sindicais perante os novos trabalhadores. “Sabe-se [...] que os trabalhadores mais jovens impõem novas demandas de trabalho – demandas, por exemplo, de auto-realização e de expandir as

possibilidades de determinação própria..." (ibidem, p.202). Offe prossegue: os jovens de hoje (grupo onde a taxa de desemprego é maior, portanto é neles que as políticas de emprego deveriam se concentrar) "desenvolvem atitudes radicalmente diferentes do modo tradicional de emprego ocupacional ininterrupto como o determinante normal e central de seu destino de vida" (op. cit., p.203) (parênteses meus).

Assim, como atender às pressões dos sindicatos tradicionais por maior estabilidade (e rigidez) no trabalho se a única alternativa de uma gama extensa de "novos" trabalhadores obter um emprego – no regime de acumulação flexível – é se ele for parcial ou temporário? O novo marco institucional evidenciou para as sociais-democracias que, tal como a cisão do movimento trabalhista, também as políticas passivas e gerais (seguro-desemprego, aposentadoria antecipada) dos anos dourados deveriam ser partidas em políticas específicas e ativas de mercado de trabalho. As políticas específicas transparecem uma maior seletividade quanto ao acesso de seus benefícios, pois a situação calamitosa de desemprego estrutural – em 1996, a taxa de desemprego na Alemanha era de 9,3%, na França, de 11,3%, na Itália, de 11,6%, e na Suécia pulou de 1,4%, em 1989, para 7,3%, em 1996, apenas 7 anos depois! – aumenta o risco de "oportunismo" que não havia quando reinava o pleno-emprego (Matusita e Gimenez, 2000). Se pensarmos na causa do desemprego como uma discrepância entre as qualificações demandadas pelo mercado e as ofertadas pela PEA, justifica-se a predominância, a partir da década de 1990, das políticas de emprego ativas sobre as passivas. De acordo com a OCDE³⁰, as medidas ativas compreendem cinco eixos de atuação das políticas de mercado de trabalho: a administração e serviço público de emprego, que informam os candidatos sobre oportunidades de emprego, podendo até financiar custos de mobilidade geográfica; formação profissional, que compreendem subsídios a treinamento e formação profissional; medidas em favor dos jovens, idem ao último, mas com ênfase nos jovens desempregados; medidas de ajuda à contratação, que envolvem tanto a criação direta de empregos no setor público como subvenção ao emprego no setor privado; e medidas a favor dos desfavorecidos, que visam a readaptação de trabalhadores especiais.

O ligeiro sucesso de reduzir as taxas de desemprego na Europa (ver anexo) – em

³⁰ Citado em Matusita e Gimenez (ibid. p.370-371).

2000 as taxas nos países supracitados foram respectivamente de 7,2%, 9,1%, 10,1%, 5,6% - demonstrou que, quando o desemprego é decorrente da discrepância de qualificações demandadas e ofertadas e não da falta de demanda efetiva, as políticas ativas direcionadas emplacam maior sucesso do que o estímulo keynesiano tradicional à demanda agregada (política fiscal e monetária). *Em tempos de automação e "crescimento sem empregos", não são mais apenas as empresas em crise que dispensam pessoal, o que demonstra a esportidade da tentativa de remissão do desemprego apenas mediante estímulos ao investimento.*

2.2. DO MODERNISMO AO PÓS-MODERNISMO

A crise do regime de acumulação fordista do final dos anos 60 e começo dos 1970 coincidiu, ou melhor, jogou seu papel na eclosão de uma série de revoluções culturais, das quais a Itália e principalmente a França (vide maio de 1968) foram o epicentro. Havia uma inconsistência, clamavam as novas gerações, entre a "democratização" capitalista e as recalcitrantes tradições moralistas, que conquanto tenham sido prezadas companheiras e amparos ideológicos para as gerações antigas contra o furor da modernização capitalista, pouco ou nada significavam para os jovens militantes, que os "pós-modernistas (radicalmente) exortavam a reconhecer que nada tinham a perder com o desmoronamento dos alicerces, exceto as suas correntes" (Eagleton, 2005, p.90). As novas gerações haviam adentrado o mundo quando a sociedade de consumo já era norma e a própria cultura – arte, literatura, espetáculos – já havia tornado-se mercadoria. Já seus pais e, mormente avôs, haviam presenciado o momento explosivo do movimento modernista. O movimento cultural conhecido como Modernismo constituía, no fundo, uma crítica aos princípios universais e absolutos e aos ideais de progresso simplistas e "padronizados" (mesmo que possivelmente igualitários) do Iluminismo. A explosão das artes modernistas³¹ data da época socialmente conturbada de 1905 a 1930. Por um lado, os modernistas buscavam, nas

³¹ Cubismo de Picasso (1907). música de Stravinsky (1913). literatura de Joyce (1922). etc. Todos desafiavam o padrão de beleza e retidão da época.

artes, um refúgio contra a avassaladora urbanização-modernização capitalista, que parecia colocar as "crenças que haviam servido tão esplendidamente à classe média do século XIX – democracia, liberalismo, ... – em crise" (idem, p.97). Por outro, o modernismo pode ser vislumbrado como uma obstinada resistência de grupos da classe média que procuravam encontrar na filosofia e na arte uma contrapartida ao progresso implacável da administração científica e do modo de vida industrial, que suprimia a subjetividade e a criatividade do indivíduo. Com efeito, desde a primeira grande crise de acumulação, em 1848, que assolou toda a Europa, a classe média vira na cultura e nas tradições uma maneira de conservar uma mínima estabilidade no dia-a-dia que o progresso tecnológico e a "compressão do tempo-espaço"³² tendiam a solapar. Cultura e dinheiro pareciam antes antagônicos do que complementares. Como um movimento de vanguarda, os modernistas propugnavam ideais de progresso e ética que não eram condizentes com o "genuíno" progresso "capitalista". Estes ideais se propunham a ser legitimações da ação – da artística à política –, sem as quais a vida e a arte pareciam sem sentido. Metaforicamente, o movimento modernista foi uma tentativa de conservar, como uma instituição, um máximo de coesão e textura social em meio à assomação do mercado, que parecia desprovido de sentido (pelo menos romântico). Desse modo, infelizmente o modernismo estava fadado a perecer quando morressem as referências das sociedades mais tradicionais, quando suas fundações fossem esquecidas pelo tempo.

Como citei no primeiro parágrafo, o capitalismo é democratizante pois, ao "mercadorizar" um amálgama cada vez maior de atividades produtivas, anteriormente extra-mercado, ele não só mina processos produtivos menos eficientes, mas também se materializa em novos padrões culturais em que a hierarquia que não é baseada na eficiência não tem mais vez. Não quero aqui fazer uma apologia desmedida às forças de mercado, porém – o que pode parecer ao mesmo tempo peculiar e irascível –, mais do que todos os regimes pretéritos de acumulação, o capitalismo é o que mais se aprimora e humaniza quando se estreitam as desigualdades de oportunidade. No lado oposto, "regimes

³² A modernização capitalista engendrou uma grande mudança no ritmo de vida, "ao mesmo tempo que venceu barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parecia encolher sobre nós"; no lado oposto, "nos mundos relativamente isolados do feudalismo europeu, o lugar assumia um sentido legal, político e social definido, indicativo de uma autonomia relativa das relações sociais (...)" (Harvey, op. cit., p.219).

moralistas" como o patriarcado dependem de uma desigualdade de poder instituída para sobreviver, além de uma diferenciação normatizada de papéis que desperdiça as energias criativas das mulheres.

Pois bem, para as gerações "pós-modernas", os ideais das meta-narrativas dos modernistas pousavam como repressões desmedidas e irrealistas em meio a um mundo "reformado" em que o capitalismo beirava a anunciar que o progresso, mais do que sonhos utópicos e longínquos, se confundia com iniciativa pessoal, com auto-determinação e auto-afirmação. Nas sociedades afluentes e dinâmicas do capitalismo avançado, não era mais preciso ancorar-se às legitimações profundas para agir. Para os pós-modernistas, os valores morais que diziam o quê você deve ou não deve fazer cheiravam a dogmatismo e repressão da liberdade.

Também propugno a tese de que, embora tanto o modernismo e o pós-modernismo deflagrassem posições de resistência contra a hegemonia insípida e frívola do progresso meramente material (afinal, ambos começaram a partir das artes), o último eclodiu exatamente num momento em que a acumulação capitalista havia se apossado também das necessidades imateriais do ser. No esteio da abordagem de Ronald Inglehart³³ - que classificou as necessidades pessoais e coletivas em materiais e pós-materiais -, o capitalismo da era flexível, "da informação", conseguiu mercantilizar (tornar passível de dar lucro) as necessidades intelectuais – escolas e cursos variados –, estéticas – moda e arquitetura –, lúdicas – shows, espetáculos, televisão jogos eletrônicos –, sociais – redes eletrônicas de comunicação, bate-papos, etc. Os valores outrora "industriais" colhiam sua hegemonia baseados no fato de que, até a metade do século XX, para a maioria da população dos países que hoje são desenvolvidos ainda havia uma forte premência de se cuidar das necessidades mais básicas de segurança física e econômica. A predominância das necessidades materiais na Era Industrial compelia os trabalhadores a ordeiramente e calvinisticamente se esforçar para o sustento da casa e da família (De Masi, 1999). Já o pós-modernismo exorta as novas gerações a reconhecer que sofriam à toa, por um passado distante que nem era seu.

É neste quadro de desmoronamento de outrora sólidas instituições que o “sempre

³³ Citado em De Masi (ibid. p. 203-205)

atento" capital encontra os fundamentos para um novo regime de acumulação, que tanto David Harvey como Giovanni Alves vão denominar de acumulação flexível. No plano material, foi a nova base tecnológica microeletrônica e a revolução na organização do trabalho (Toyotismo) que constituiu novos níveis de flexibilidade para a acumulação. Alves (2000) vai colocar que o Toyotismo é o desvelar do segredo de um novo processo de extração de trabalho – mediante a captura da subjetividade do trabalhador, o método de origem japonesa vai garantir a necessária intensificação do trabalho em meio à mais difícil etapa de concorrência mundial. Já Harvey é mais realista. Em sua tese de que a diferentes regimes de produção devem estar associadas diferentes concepções de tempo e espaço, o autor captura a essência da acumulação flexível: a monumental aceleração do tempo de giro do capital concomitantemente à aceleração do consumo e à cognição humana de modo geral. O tele-trabalho produz uma desconcentração do espaço de trabalho; os computadores mesclam trabalho com diversão; a miríade de novos cursos de especialização e extensão da sociedade pós-industrial mistura formação com recreação; a flexibilidade do trabalho e a sua descontinuidade (menos horas formais mas geralmente continua em casa) mudam o conceito de emprego e quebram a concepção de tempo linear e sincronizada do taylorismo-fordismo.

Por outro lado, a perda de referências e o relativismo cultural da década de 70 engendraram, nos anos 80 e 90 (quando ocorreu a disseminação do Toyotismo), um certo – digamos – desnorreamento existencial. As "certezas" dos tempos modernos deram lugar ao turbilhão de acasos, insegurança e efemeridade do pós-moderno. A efemeridade vem do culto ao presente, às imagens e às sensações.

É somente a partir da transitoriedade, do individualismo e da total desconfiança das verdades e éticas universais que o capital pode concretizar sua reforma produtiva, cujo ponto mais contrastante com a acumulação rígida do fordismo é desvelado: o desemprego. Isto porque o emprego como o conhecíamos, isto é, um cargo permanente e bem específico, numa mesma empresa, para sempre, não é compatível com as exigências de velocidade e de adaptação criativa do novo regime.

TERCEIRA PARTE: CRESCIMENTO SEM EMPREGOS

3.1. PÓS-MODERNISMO E DESEMPREGO

Se cada modo de acumulação deve se materializar em hábitos, motivações e comportamentos específicos e, se os tempos pós-modernos não contemplam o corporativismo-rígido do fordismo, quais são as instituições coletivas que permitem que o capital funcione ordenadamente nos dias de hoje? A resposta talvez seja que não há sequer a condição de "coletivo" na cultura pós-moderna; o Estado também se enfraquece politicamente pois, como um governante de grupos, não consegue responder eficazmente a uma miríade de demandas populares distintas, senão muitas vezes antagônicas.

Pois bem, se o pós-moderno é o movimento que quebra tabus, que glorifica a multiplicidade da vida humana (com todos seus prazeres e agruras) e explora as diferenças, reconhecendo-as, o capital pós-moderno é aquele que cresce e se legitima mercantilizando os valores individuais que "brotaram" subitamente depois de um longo torpor de autonegação e acorrentamento. Aproveitando as "forças criativas" dos grupos outrora oprimidos – que lutam para estabelecer a sua própria identidade – , o capital logrou achar toda a motivação necessária no mundo irreal-ilusório dos desejos humanos, agora correndo à flor da pele. Porque, como alega Harvey, nada basta uma aceleração no tempo de giro da produção se não há uma consoante aceleração e efemeridade nos hábitos de consumo e de troca. Nesse contexto, é maximizado o potencial das novas tecnologias e derivativos financeiros, que tornam a realização do valor (o tempo de giro) mais rápida. Quanto mais rápida a recuperação do capital, maior o lucro obtido, pois o lucro é antes de tudo uma medida temporal. Assim, em contraposição à grande indústria moderna – cujos vultosos investimentos fixos a serem amortizados retardavam o tempo de giro – o capital pós-moderno busca gerar o máximo de "serviço", de valor de uso, com o mínimo de investimento. Isso também é, obviamente, decorrente da necessidade maior de racionalização dos recursos em tempos de mundialização do capital, isto é, em tempos de maior concorrência.

Nas economias ditas pós-industriais, epicentros dos ditames e padrões tecnológicos

para o resto do mundo, observou-se o surgimento de um novo tipo de trabalhador. Um trabalhador mais qualificado e polivalente que parece ter atingido um grau de autonomia que concede à sua subjetividade um domínio do processo produtivo que beira a ridicularizar a dualidade gerência/trabalho. Longe de ser a maioria da população economicamente ativa, os trabalhadores privilegiados que ocupam esses cargos de soberania emanam ideais – mesmo que ilusórios e contingentes – de conquista e engrandecimento pessoal. Em tempos de individualismo angustiante, o esplendor do dinheiro, como símbolo, enfraquece os trabalhadores como classe. As pessoas, crentes de que o mercado vai recompensar devidamente a sua criatividade, acreditam que podem aferir maiores ganhos individuais não se aferrando ao grupo. O que contrasta grandemente com o estado de espírito social dos anos 50 – Hobsbawm conta que "o que dava aos partidos e movimentos operários sua força original era a justificada convicção dos trabalhadores de que pessoas como eles não podiam melhorar sua sorte pela ação individual, mas só pela ação coletiva..." (op. cit., p.300). Fictícia ou não, as pessoas têm hoje a oportunidade de galgar mercados internos³⁴ das corporações, onde a rivalidade inter-trabalhadores faz a exploração do trabalho pelo capital parecer pequena. Em suma, tornando as imagens e símbolos mercadorias em si mesmas, poder-se-ia quase dizer que o capital não mais precisa ser condicionado por determinantes culturais, por que ele determina os próprios comportamentos – o único condicionante externo a ele é o consumismo que desabrochou junto com as políticas e sentimentos de identidade do pós-modernismo. Assim, não é que as pessoas não tinham um potencial consumista antes, é só que tal sentimento era reprimido, seja por ideais verdadeiros maiores ou por opressão espúria e irracional.

Apesar de toda a manipulação de desejos por trás da captura da motivação do trabalhador (que vem junto a uma intensificação do trabalho), a acumulação flexível

³⁴ Segundo Doeringer e Piore (em Alves, 2000, p.51). "há mercado interno numa empresa quando postos de nível superior são preenchidos a partir do pessoal "interno" ocupado na empresa". Já Ehrenberg e Smith (2001) colocam que o "uso" de mercados internos pela empresa é um bom artifício para elevar a produtividade da empresa: no começo o trabalhador ganharia menos que sua produtividade marginal, rendendo extra-lucros para a empresa; no entanto, este mesmo trabalhador estaria disputando por cargos mais altos (e concorrendo com seus "colegas"). o que lhe daria a esperança de adquirir gordos bônus que o manteriam na empresa pelo período em que seu salário é relativamente baixo.

permite que várias minorias e indivíduos se realizem mediante o poder do dinheiro, talvez para eles o único mecanismo de expressão, posto que não teriam vez de outra forma³⁵. Além disso, pelo menos nos países de capitalismo avançado, há cada vez um número maior de profissionais que – em virtude de sua melhor qualificação e capacidade de adaptação rápida, capacidade esta erigida no esteio da flexibilidade moderna – não só se auto-descobrem e se auto-revezam continuamente, como também detêm crescente autonomia no local de trabalho. Lembrando que exploração no capitalismo não é a subsunção do trabalho em si, mas sim do tempo do trabalho, fica mais difícil para a gerência supervisionar e fiscalizar o profissional quanto mais elevada é a sua qualificação. Tem-se, portanto, uma perda do controle do "emprego", tal como o conhecemos. Ademais, o tempo que antes era "coletivo" tornou-se individual. Enquanto a vida operária era em grande parte pública – as formas de diversão, de recreação, as festas – a formação das gerações pós-modernas já inicia com os jogos de videogame no recinto doméstico, em que os jovens vão aos poucos se familiarizando com a linguagem eletrônica; o cinema é substituído pelos home-theaters, os encontros com os amigos pelos *chats* virtuais; etc.

Com toda a dificuldade de supervisão advinda da maior qualificação-especialização, pergunta-se como o empregador faz para arrebatatar produtividade dos empregados, ou melhor, como é feito o controle do trabalho. Ehrenberg e Smith (2001) listam uma série de soluções plausíveis. Mostram que, enquanto o tradicional contrato por tempo pode implicar em desleixo por parte do empregado, um retorno ao degradante sistema de salário por "peça"³⁶ também não é uma escolha perspicaz, visto que desembocaria na necessidade de uma adicional supervisão de qualidade, ela mesma difícil de mensurar. Outra complicação da bonificação por desempenho é a dificuldade – quando o trabalho é em grupo – de se captar a contribuição individual ao resultado da operação ou projeto. Outro trâmite considerável advém da plausibilidade – mormente em indústrias de serviços – de um grupo sabotar outros para levar para casa os bônus. É um exemplo típico de como a prerrogativa

³⁵ Notável o exemplo da mulher que precisa ter renda própria para poder disputar autoridade com o marido (para que haja um equilíbrio de poderes mais justo).

³⁶ Marx dizia que o salário-por-peça constituía a maneira mais "cruel" (e eficiente) da extração de mais-trabalho, posto que dispensava os *overseers* (supervisores) e o trabalho podia ser feito domesticamente, com menos custos para o capitalista. Isto porque o próprio trabalhador se "auto-exploraria" intensificando sua labuta e ainda competindo com seus "colegas".

individual não necessariamente resguarda os interesses do grupo.

Os marxistas já devem ter se exasperado com o parágrafo precedente, pois tratei os empregados e empregadores como marujos do mesmo barco. Abaixo vamos explorar mais os matizes de exploração no novo regime de acumulação. Mas, por hora é bom ressaltar como o novo (e desorganizado) mundo do trabalho pode acusar dificuldades de orientação, gestão e até mesmo exploração para os próprios empregadores, posto que a subjetividade dos empregados não é mais tão facilmente domesticada como nas simples linhas de produção taylorista-fordista. Como corolário, tem-se que quando incentivos baseados na produção são fracos e a supervisão é difícil, primam os salários de eficiência. Assim, Janet Yellen (1984, *apud* Eherenberg & Smith, *idem*, p.438) ressalta que a persistência do desemprego é resultado de pagamentos generalizados acima do salário de mercado. Parece até que a falta de alicerces sociais e instituições sólidas no mundo pós-moderno é a causa primaz do desemprego. Se juntarmos isso à produção enxuta do just-in-time (sem desperdício), ao acirramento da competição de mercado, e à necessidade quase que generalizada (como diz Yellen) do empregador ter que pagar salários "acima do mercado" para garantir a confiabilidade do trabalhador, não é à toa que fica mais difícil conseguir um emprego.

A discussão acima mostrou como o próprio conceito de emprego – no sentido de posição fixa, na qual a pessoa exerce uma atividade específica, de forma contínua, numa mesma empresa (Pastore, 1997) – corre significativo risco de vida considerando a hibridização das lógicas organizacionais e a rapidez de inovações às quais o trabalhador tem de se adaptar, simultaneamente às vertiginosas incertezas do mundo do trabalho atual. No tocante à heterogeneidade hodierna, vale trazer à luz a teoria de Lindberck & Snower (1984, *apud* Amadeo & Estevão, 1994) dos *Outsiders X Insiders*. Ela parte do princípio de que os trabalhadores altamente qualificados e diferenciados possuem um poder de barganha que os de fora da empresa não têm. A maior experiência dos *insiders*, visto que provavelmente a empresa investiu consideráveis recursos em seu treinamento, endossa a existência de custos de rotatividade do trabalho dos quais os *insiders* podem tirar partido – quanto maior a qualidade do empregado, maior será o custo de treinamento de seu substituto. Sendo que amiúde os porta-vozes dos insiders são os sindicatos, ocorre que a

"classe decadente"³⁷. neo-corporativista e nem um pouco revolucionária da análise histórica marxista pode estar na figura dos próprios sindicatos, que abusam de seu poder de fixação de salários em níveis que refreiam a contratação de novos empregados. Eis a contradição máxima, a exploração potencial de sindicato contra trabalhador.

Os exemplos acima mostraram principalmente a realidade da classe-média dos países ricos, portanto não podem ser de modo algum generalizados para a totalidade da população economicamente ativa mundial. Tendo em vista que, para a maioria dos trabalhadores do mundo capitalista, a realização pessoal pelo trabalho é ainda mais ilusão do que realidade, os próximos capítulos tratarão dos problemas atuais do desemprego estrutural e da subproletarização, característicos da fase de acumulação flexível, e que afligem uma gama significativa de assalariados mesmo no centro dos centros. Veremos que, à flexibilização da produção (toyotismo, terceirização, redes de empresas) corresponde um trabalhador flexível. A radical reestruturação pela qual passou o mercado de trabalho fez aflorar contratos tradicionalmente mais precários: subcontratados, temporários, parciais, etc. A maior flexibilidade dos contratos foi conquistada às custas dos sindicatos e do trabalho organizado, solapados diante da maior volatilidade dos mercados, aumento da competição e estreitamento das margens de lucro. Por fim, a tendência a níveis sem precedentes (pelo menos por tanto tempo) de desemprego estrutural é quase universal. *Mesmo depois de recuperadas da recessão dos anos 70, as economias nunca mais retornaram ao seu nível anterior de pleno-emprego, tendência essa que ficou conhecida por jobless growth. Entre 1979-96, o único do G7 que diminuiu seu nível de desemprego foi os EUA. Mas como coloca Alves (2000, p.77), "a diminuição da taxa de desemprego americano de 5,8%, em 1979, para 5,1% em 1996, tende a ocultar a realidade silenciosa da subproletarização tardia". Essa é mais uma das desventuras dos economistas americanos, que tendem geralmente a privilegiar o quantitativo frente ao qualitativo.*

³⁷ Na teoria da luta de classes, "a classe decadente" em cada momento é aquela que fornece resistência ao avanço das relações sociais (mais humanitárias, democráticas). Por exemplo, na disputa do final do século XVIII e início do XIX entre os industriais emergentes e os aristocratas, aqueles eram a classe ascendente pois colocavam em movimento forças sociais (tal qual a socialização do trabalho na fábrica) que eram impensáveis num mundo semi-feudal fechado.

3.2. TOYOTISMO E DESEMPREGO

Se por um lado a sociedade pós-industrial teoricamente poderia se dar ao luxo de abolir o enfado do trabalho repetitivo e extenuante, já que o progresso material, que criou máquinas e cérebros de silício (robôs), poupou tempo precioso – que poderia então ser destinado ao tão falado "ócio criativo" –, porque então as empresas normalmente preferem empregar um número menor de trabalhadores, laborando extensa e intensamente, do que diminuir a jornada de trabalho? Acontece que o desenvolvimento capitalista é, por natureza, desigual. Não só ele semeia discórdia, escaramuça e competição dentro da própria nação (senão sequer haveria lutas de classe prolongadas) como também se reproduz desigualmente num quadro internacional.

O Toyotismo surgiu num país ainda relativamente agrário e de mercado de pequena extensão. Posto que as condições econômicas relativamente atrasadas do Japão do pós-guerras inviabilizaram a adoção do modelo da grande indústria fordista, "a competência e a competitividade determinaram-se a partir da capacidade para satisfazer rapidamente pequenos pedidos e variados" (Coriat, 1992b, *apud* Antunes, 2005, p.32). A ausência de um contingente extenso de operários também forçou a formação de trabalhadores polivalentes (flexíveis), capazes de operar várias máquinas simultaneamente e laborar em ritmo mais pesado que os operários da típica linha de produção. Mas a marca decisiva do modelo Toyotista é que ele surge no Japão em fins dos anos 50 e depois se desenvolve mundialmente nas décadas de 80 e 90 ou em condições em que os recursos eram naturalmente escassos ou onde os lucros já estão espremidos e a mais-valia dificultada de se realizar (em virtude da derrocada da empresa monopolista tradicional, por sua vez consequência da diminuição do espaço econômico mundial decorrente das novas tecnologias de comunicação e a consoante globalização). Dada a falta de recursos (real ou virtual), o toyotismo cresce sob o conspícuo lema de "racionalização de custos", seja "dispensando estoques, excesso de pessoal ou equipamentos" (Alves, *idem*, p.59). Com efeito, um dos seus dispositivos organizacionais mais marcantes é o "*just-in-time*", isto é, o gerenciamento de curto-prazo da produção, com o mínimo possível de estoques, os quais por sua vez transformam-se em sinônimo de desperdício. Assim, a produção enxuta do toyotismo contrasta severamente com o modelo fordista, pois nesse a produção crescia à

frente da demanda e era operada em cadeia de montante à jusante – já no toyotismo o ponto de partida é o de encomendas à fábrica. Para que o princípio de *just-in-time* seja factível, cada equipe de trabalhadores utiliza-se do sistema *kanban*, "placas que são utilizadas para a reposição de peças [...] é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o *kanban* é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos" (Antunes, *idem*, p.34).

Não só os trabalhadores devem ser polivalentes e flexíveis, tendo agilidade na adaptação do maquinário para que novos produtos sejam elaborados, como toda a estrutura produtiva toyotista é descentralizada, em oposição à tendência à verticalização e hierarquização da cadeia produtiva fordista. "A descentralização da iniciativa dá à corporação transnacional maior capacidade de sobreviver no mercado mundial" (Alves, *ibidem*, p.59). Na indústria automobilística, tem-se, por exemplo, uma redução do âmbito de produção da montadora e uma maior participação das empresas sub-contratadas, o que acelera o tempo de giro. Ademais, também há horizontalização no sentido de gerência participativa, isto é, a empresa toyotista típica é formada por equipes que se auto-fiscalizam, o que desemboca num estreitamento da divisão do trabalho entre elaboração e execução, entre intelecto e mão. Dentro dessa inovadora acepção de processo de trabalho, deflagra-se uma intensa polêmica sobre se o toyotismo é apenas mais um estratagema de subsunção do espírito do trabalhador à necessidade de valorização do capital, ou então se ele realmente é uma faceta positiva da sociedade pós-moderna, em que a criatividade e a subjetividade do trabalhador estariam finalmente libertas das amarras cruéis da acumulação capitalista, que faz com que as pessoas pertençam e vivam para o trabalho.

Sônia Loyola (1999) tem uma opinião otimista. Ela ressalta que a separação entre mão e cérebro do regime taylorista/fordista não estava dando conta de atender às expectativas do novo mercado consumidor. Em contrapartida, o modelo fabril japonês teria colhido a sua reputação da maior aproximação entre os operários de chão-de-fábrica e seus supervisores. Para a autora, o fulcro do sistema é a crença de que várias inovações incrementais podem ser feitas durante a própria produção, contanto que haja um constante diálogo entre a equipe de Pesquisa e Desenvolvimento e os funcionários de menor escalão. Malgrado o método japonês não tenha obtido sucesso em diminuir a intensidade da

labuta³⁸. ele antecipou a sincronicidade de trabalho entre operários e gerência que se tornaria quase que regra na Era do Acesso (caracterizada pelas inovações em massa na área de comunicação e informação). Apesar do toyotismo japonês ter se antecipado à revolução da microeletrônica (os micro-processadores são de 1971), seu princípio de produção flexível foi otimizado pelas "novas tecnologias que tornaram mais factível o cumprimento dos planos de produção, levando a uma nova organização do trabalho e da produção e resultando num aumento considerável do controle do processo" (Carvalho, 1987, *apud* Loyola, 1999). Portanto, o maior controle e atenção necessários para executar os planos estratégicos por parte de cada empregado, e também o cuidado para com o maquinário caro acabaram "homogeneizando" as aptidões entre os níveis hierárquicos da empresa (à medida que transformam os objetivos de cada um em macro-objetivo da equipe), forçando a cooperação³⁹ maior, mesmo que seja (afinal, estamos ainda no capitalismo) pelo bem dos maiores lucros. Para Loyola (1999), a necessidade de melhores relações de trabalho para gerar maiores lucros é uma derradeira contradição do capitalismo. Na nova fase do capitalismo, a contradição se assenta na dupla consequência social da automação: ao mesmo tempo que torna os trabalhadores mais descartáveis e gera desemprego, requer um cuidado maior para com aqueles que restam.

Já os colegas Alves e Antunes supracitados asseveram que, infelizmente, o toyotismo contempla a liquidação do espírito coletivo e revolucionário do trabalhador, uma vez que o "sindicato-casa" erigido sobre o tûmulo do trabalho organizado solapou as diferenças ideológicas entre burguesia e proletariado. Embora eu não acredite que o movimento operário tenha hoje a centralidade e a funcionalidade de antigamente, concordo que por trás da suposta motivação e auto-ativação centrada na polivalência e flexibilidade do trabalho esconde-se uma maior intensificação e exploração do tempo do trabalhador; além disso, a pressão gerada entre as equipes que competem por bonificações engendra altíssimos níveis de estresse que não fazem aflorar, mas sim prostram a criatividade e o espírito inovador. No entanto, devemos lembrar que o toyotismo não surgiu após as revoluções culturais européias descritas na sessão sobre o pós-modernismo. Ele "capturou"

³⁸ "Um operário da Toyota trabalha aproximadamente 2300 horas, em média, por ano, enquanto na Bélgica (Ford-Genk, General Motors-Anvers....) trabalha entre 1550 e 1650 horas por ano" (Antunes, 2005, p.36).

³⁹ Cooperação dentro das equipes, o que não implica que não haja competição entre as equipes.

a subjetividade do trabalhador num Japão cujas condições (e, portanto, necessidades) materiais médias estavam muito mais próximas da típica sociedade capitalista industrial do final do século XIX. Com efeito, à instalação do "sindicalismo por empresa" nos anos 50 precedeu um cenário de intensas greves operárias. Para correr atrás do atraso e legitimar o controle do processo de trabalho, a instituição japonesa do sindicato-empresa foi mais generosa que o salário eficiência de Henry Ford. Ela se baseava em 2 aspectos principais: o emprego vitalício e o salário por antiguidade (salário subia automaticamente com a permanência longa na empresa). Esses dois princípios, juntamente com os já descritos mercados internos das empresas e bônus extras por resultado, são tipos de estimulantes para que o trabalhador busque a auto-superação e supostamente quebre a estanqueidade e repetitividade monótona do trabalho estilo taylorista. À estimulação da auto-exploração o marxista Giovanni Alves denomina de derrocada final e neutralização político-ideológica do ideal revolucionário.

Não concordo com a insistência a-histórica da imutabilidade da subsunção do trabalho ao capital, porém parece-me que, pelo menos a partir da referência japonesa, o modo de produção toyotista constitui o pior lado do mundo pós-moderno (vide a resistência dos países europeus à emulação estrita das técnicas organizacionais japonesas). O pior lado não como invenção de uma maneira mais intensa de extração de mais-valia, mas por insistir em modalidades de emprego e trabalho que já estão deveras ultrapassadas. Por um lado, o toyotismo em escala mundial contribui para a permanência do desemprego⁴⁰ porque sua eficiência-interna (dentro dos confins da empresa) não se traduz na mesma eficiência social: em que pese o suposto excesso de trabalhadores das linhas de montagem fordistas, formadoras de estoques desnecessários, o toyotismo inviabiliza-os ainda mais, já que a pressão da *lean production* não perdoa nenhum tipo de "excesso". Por outro, enquanto ele tinha sentido econômico para o Japão no passado – já que a intensificação do trabalho era a

⁴⁰ Não podemos atribuir o sucesso histórico do Japão, em manter taxas de desemprego muito pequenas, ao Toyotismo, uma vez que só um terço dos trabalhadores manufatureiros, ou das grandes corporações, são condecorados com emprego vitalício e outras benesses: o resto faz parte do força-de-trabalho das sub-contratadas, onde a remuneração é menor (Alves, op. cit.). De qualquer forma, a crise japonesa da década de 90 (época em que o país quase não cresceu em termos per capita) desafiou a sustentabilidade dos empregos vitalícios, tanto que a taxa de desemprego japonesa, historicamente próxima de 2%, esteve em 4,7% e 4,1% em 2000 e 2006, respectivamente.

única forma de racionalizar recursos escassos e competir com países mais desenvolvidos –, o toyotismo, entendido como reestruturação produtiva em escala mundial, figura como pseudo-panacéia para um mal que ele mesmo aprofundou: nós trabalhamos mais e mais intensamente porque os outros o fazem, porém se todos trabalhassem menos ninguém precisaria se extenuar tanto. Assim, a reestruturação produtiva que demite pessoal e ameaça os que ficaram com a possibilidade de desemprego – ameaça mais plausível quanto maior a taxa de desemprego – deprecia os ideais pós-modernistas de que tanto falei sobre emancipação individual e liberdade. Do quê adianta libertarmo-nos dos dogmas religiosos e moralistas se continuamos presos aos dogmas de mercado, sedimentados por uma suposta mentalidade "imaginária" da escassez? Uma mentalidade que faz os economistas se exasperarem quando se tenta reduzir a jornada de trabalho, porquanto isso diminuiria o crescimento do produto, o santo gral da economia. *Como diria De Masi, vivemos numa sociedade do futuro, mas continuamos a usar os instrumentos do passado. Se realmente são precisos os cálculos feitos pelo Instituto Insee (De Masi, op. cit., p.172) em 1991, segundo os quais na França o horário efetivo de trabalho em um dia médio correspondia então a 2h31min (o resto era tempo ocioso), então a reestruturação produtiva toyotista, de produção enxuta, ao invés de aproveitar melhor as energias produtivas e a criatividade de cada um, empregando-os por menos tempo, fez exatamente o contrário, eliminando o pessoal abundante e esmorecendo os efetivos com uma carga de trabalho mais intensa.*

3.3. DOWNSIZING

Enquanto a reengenharia da produção coloca em perigo predominantemente os empregos do setor industrial, o fenômeno conhecido como *downsizing* “promete” reformular para sempre as estruturas administrativas das corporações. O termo *downsizing*, oriundo dos radicais ingleses *down* (para baixo) e *size* (tamanho), denota um enxugamento abrupto dos cargos administrativos e de gerência de uma empresa, para tornar sua organização adequadamente enxuta e flexível. De acordo com Robert Tomasko (1992), já na década de 80 as empresas americanas começaram a perder sua vantagem competitiva internacional para as organizações européias e japonesas, que haviam entrevisto

antecipadamente os desafios inerentes a um mercado competitivo global, com progressivamente menos barreiras alfandegárias e burocráticas. A organização empresarial americana ainda sustentava-se no modelo "antigo" do excesso de níveis hierárquicos e gerenciais. Estima-se que, em 1980, o pessoal administrativo (pessoal nas corporações não diretamente ligado à produção) dos EUA montava a 10% da força-de-trabalho, enquanto no Japão, Alemanha e Suécia esta cifra caía para 4,4%, 3% e 2,4%, respectivamente. Em muitas empresas americanas, não era incomum nos depararmos com 7 ou mais níveis de gerência que transmitiam informações do cliente até o presidente¹¹. Segundo o autor, a letargia desse processo e o requerimento de assinaturas por parte de diversos gerentes e vice-presidentes dificultava e retardava demasiadamente o processo inovativo, dando uma vantagem nítida às empresas mais enxutas em arrebataram clientes em potencial e incrementar seu *market-share*.

Segundo o mesmo autor, o *downsizing* se faz necessário quando as empresas descuidadamente permitem o aumento exagerado do seu quadro administrativo e – de repente – notam o peso que a sua gorda pirâmide hierárquica traz a sua competitividade, em termos de custos maiores e preços pouco atraentes ao consumidor. Entre 1979 e 1990, as empresas americanas "tiveram" que desinchar suas estruturas dispensando mais de 1 milhão de cargos administrativos. Ironicamente, é o comportamento da empresa durante a época de abundância e fartura de lucros que vai desembocar ou não na necessidade de se realizar demissões em massa. Relativizando a validade da teoria econômica neo-clássica, que prediz que os empregos aumentam quando aumentam os lucros, a lógica do *downsizing*, que reflete uma doutrina fanática de eficiência e corte de custos, preconiza um tratamento impiedoso ao desperdício, logrando sobrecarregar cada funcionário administrativo ao máximo de suas faculdades físicas e mentais. Está certo que o sistema de mercado sempre vai penalizar excessos e ociosidades, porquanto um competidor mais arguto vai tomar a dianteira e lucrar com as falhas dos mais lentos. Outrossim, cedo ou tarde o mercado iria penalizar empresas pródigas e perdulárias que criam unidades de controle destinadas apenas a supervisionar outras unidades de controle, numa grande espiral de inchaço corporativo.

¹¹ "Gerentes diretores de departamento, vice-presidentes, vice-presidente executivo, planejadores estratégicos, presidente fundador, etc" (Tomasko, 1992, p.4).

A grande questão é que a mesma concorrência eficiente que traz em seu bojo a disponibilidade do consumidor de escolher entre diversos tipos de produtos e a preços reduzidos é a que também desestabiliza a ordem social, porquanto não faz nenhuma concessão em prol da igualdade e da complacência. Um mercado livre para operar irrestritamente em termos de incentivos pecuniários destrói as relações humanas que o sustenta e cava a própria cova. A obsessão pela queda de custos defronta-se com as seguintes problemáticas sociais: aumento do desemprego; perda de lealdade e confiança por parte dos trabalhadores em relação a seus patrões e potenciais demissores; terceirização e desqualificação do trabalho; etc. A terceirização dos trabalhos, cujo fundamento apóia-se na aparentemente racional diretriz de que as empresas devem se especializar nas atividades onde agregam mais valor, aflige milhões de trabalhadores com a insegurança de perderem o emprego. Isto porque suas atividades representam o desaguadouro de uma decisão fora do controle de seus próprios empregadores, cuja segurança é igualmente ameaçada. A terceirização representa o coroamento da remercantilização do trabalho (que havia sido acalentada durante os anos de ouro do *welfare state*), numa analogia ao conceito de emprego *just-in-time* de Nancy Hutchens⁴². Se a tendência no futuro é, como diz José Pastore (1997), o conceito de emprego tradicional dar lugar ao trabalho mais livre e não-repetitivo, sob a forma de projetos sempre diferentes, que estimulam o trabalhador pelas reciclagens profissionais (no bom sentido), ou seja, o trabalho pós-moderno, descentralizado e mais gratificante, então a flexibilidade do trabalho é um bom indicativo. No entanto, o emprego *just-in-time* traduz-se ainda para muitos (mormente no terceiro mundo) em fragilização do trabalho, na medida em que o empregado perde seu caráter de assalariado e retorna alegoricamente a uma posição similar ao dos ganhadores-por-peça das páginas de Marx; os conservadores diriam que numa posição aparentemente ainda mais decadente, posto a perda de controle sobre a própria quantidade de peças produzidas, a qual depende de uma decisão tomada muito longe de sua jurisdição.

São práticas como o *downsizing* que desridicularizam a filosofia dos luditas. Os luditas foram um grupo de trabalhadores ingleses que, por volta de 1810, desferiram um

⁴² Citada em Rifkin (op. cit., p. 172)

ataque organizado contra as novas máquinas de tecelagem, conclamando que elas haviam tomado-lhes o emprego e inutilizado suas habilidades ancestrais. Easterly (2005) alvitra que a atitude dos artesãos, embora racional para seu próprio interesse, era demasiado estúpida e hostil ao progresso sustentado do crescimento da renda *per-capita*, porquanto este é resultado da adoção de técnicas que elevam a produtividade por trabalhador (volume de bens produzidos por trabalhador). Concorro absolutamente com Easterly no sentido da inevitabilidade e proveitabilidade da inovação tecnológica, como pré-condição para o progresso econômico. Porém, o autor daí deduziu incorretamente que todo (ou a maioria) incremento de produtividade levaria a outra situação de pleno-emprego onde haveria tantos empregados ou mais, produzindo cada um incontavelmente mais. O *downsizing*, como exemplo de inovação de processo administrativo, enseja uma espécie de aumento de produtividade que não "deseja" produzir mais com os mesmos custos, porém produzir o mesmo com custos reduzidos. Aliás, o *downsizing* em sua essência é uma resposta redutora de custos aos desafios do mercado. Uma resposta a lucros decrescentes justamente pelo crescimento lento de vendas. Neste caso, a tecnologia e a lógica mercantil se embatem, pois mesmo que possível, produzir em maior quantidade pode não ser a estratégia ideal.

Mesmo os países do terceiro-mundo não escaparam da epidemia das "fábricas sem trabalhadores". Desviei a atenção da perda de empregos dos países desenvolvidos para a mão-de-obra mais barata do exterior justamente porque quis discutir as causas estruturais do desemprego em seu âmago. As mesmas forças que hoje atuam sobre o mundo desenvolvido não tardarão a afetar o emergente. De qualquer forma, o surgimento dos mercados globais acaba por exaurir as vantagens da mão-de-obra barata, porquanto os empresários dos países pobres se vêem "forçados" a adotar modernas técnicas que traduzam uma estrutura de custos semelhante à de seus competidores forâneos. Muitas vezes, esta estratégia não coaduna com o interesse geral da nação devido ao já endógeno empecilho do excesso de mão-de-obra subutilizada, tornada ainda descartável com a tecnologia importada. E este processo tende a se aprofundar considerando a participação cada vez menor da mão-de-obra no custo de produção.

Um grande exemplo de como a concorrência tende a homogeneizar as estruturas produtivas é a cidade de Bangalore, na Índia. Conhecida como "vale do silício da Índia", a cidade agrupa os melhores engenheiros e cientistas, genuínos profissionais do alto

conhecimento (Rifkin, 2006). Ilustrando uma conspícua economia dual, Bangalore é um pedaço do primeiro mundo circunscrito por um mar de pobreza. A situação só tende a se agravar no futuro próximo, pois quase que a totalidade do crescimento populacional mundial nos anos vindouros ocorrerá no terceiro-mundo. Como os milhões de trabalhadores a nascer poderão ser ocupados nas indústrias de alta tecnologia, que além de poupadoras de trabalho requerem extensas credenciais educacionais?

3.4. DESEMPREGO TECNOLÓGICO

Tão certo como antigamente produto e emprego cresciam juntos, o último normalmente também está positivamente correlacionado com incrementos na produtividade do trabalho. Com efeito, nos anos dourados de quase pleno-emprego a produtividade do trabalho aumentou vertiginosamente (ver anexo). A maneira como os economistas explicam como inovações provocam elevação no nível de emprego pode ser assim descrita: inovações de processo que rebaixam o preço de produtos já existentes ou então a inovação de novos produtos geram guinadas positivas na demanda agregada para uma dada renda (isto é, as pessoas vão aumentar seu nível de consumo), assim estimulando as empresas a investir e a contratar novos funcionários; o resultado é tanto um nível maior de emprego como de produto *per capita*. Porém, como aponta Blanchard (2007, p.254), no curto-prazo, o impacto no nível de emprego depende do que desencadeou o aumento de produtividade em primeiro lugar. Portanto, quando as reestruturações produtivas (vide *downsizing*) são a fonte do aumento da produtividade, a demanda agregada não necessariamente sobe. Pelo contrário, se – por exemplo – a produtividade rapidamente aumentar 2% e o produto não aumentar igualmente, tem-se que o resultado é desemprego, uma vez que tecnicamente o nível de emprego define-se como o produto total dividido pela produtividade ou produto por trabalhador. Vejamos um exemplo com dados reais: na década de 80, a produtividade do trabalho na Itália elevou-se a taxas médias de 2,5% ao ano, em grande medida graças à veloz mudança tecnológica. No entanto, o PIB cresceu praticamente à mesma taxa ao ano. Infere-se daí que a produção aumentou sem que o emprego aumentasse concomitantemente, isto é, quase não houve aumento líquido dos postos de trabalho (ver tabela 4). Offe (1989)

entende que o "modelo" do crescimento sem empregos encerra uma crise maior no funcionamento dos mercados de trabalho, pois estes – devido à relação agora contingente entre trabalho a oferecer e emprego a receber – tornaram-se inadequados para servir de nexos principais ao redor do qual a produção e a distribuição do capitalismo giram.

Voltando a Blanchard, o autor salienta que alguns tipos de inovação organizacional podem chegar ao ponto até de diminuir, no curto-prazo, o nível de produto de uma economia. Ele diz: "uma das implicações do aumento do comércio internacional tem sido um aumento da concorrência estrangeira [...] a qual tem forçado muitas empresas a cortar custos pela reestruturação da produção e pela eliminação de empregos". Dai prossegue: "o aumento da incerteza e das preocupações quanto à segurança no emprego pode levar os trabalhadores a poupar mais, e portanto, a reduzir os gastos de consumo, dada sua renda corrente" (op. cit., p.254).

Um outro modo de entendermos o fenômeno do crescimento sem empregos é via a rapidez das inovações tecnológicas e organizacionais (potenciais poupadoras de mão-de-obra) no capitalismo contemporâneo. Ao longo dos séculos XVIII, XIX, e maior parte do XX, a relativa lentidão do progresso técnico permitia ao mercado de trabalho absorver aos poucos tanto a mão-de-obra economizada pelas inovações como as pessoas que estavam começando a vida profissional (entrantes no mercado de trabalho). Para José Pastore, o ponto de inflexão (de guinada abrupta na velocidade das revoluções técnicas) parece ter sido a década de 60. Ele conta: "na década de 1960, uma novidade industrial durava três anos; na de 1970, dois anos; na de 1990, seis meses". E no que respeita a geração de emprego, ele diz: "antes no Brasil se elevava o emprego no setor industrial em 0,5% com apenas 1% de crescimento da renda, hoje necessita-se 2%" (op. cit., p.90).

Tudo indica que, conquanto a sociedade industrial tenha permitido a rápida absorção do campesinato nas fábricas, não se pode afirmar que esteja acontecendo uma "migração tão tranquila" dos trabalhadores fordistas para a Era do Acesso. Já mostramos alguns indícios de que há uma radical mudança na *psique* e no tipo de personalidade "adequada" ao trabalho competitivo e individual da maioria das empresas de serviços, se comparados ao padrão de coletivismo que ensejava o fordismo. Veremos agora, em mais detalhes, como alguns autores debatem a questão atual do desemprego tecnológico.

De acordo com Jeremy Rifkin (2006), a eclosão da *Era do Acesso* já havia sido prenunciada no início da década de 60, quando os próprios sindicatos começaram a capitular ante a computadorização e o controle do processo produtivo por “supervisores” de silício. O primeiro indicio de automação industrial encontra-se na figura da máquina-ferramenta de controle numérico. Apresentado pela primeira vez na esfera comercial em 1957, o controle numérico é o prelúdio da era eletrônica e o *intermezzo* entre a segunda e terceira revolução industrial. Isto porque ele – como um computador primitivo – tem a capacidade de armazenar as informações técnicas da produção e acabamento das peças e transmiti-las, mediante impulsos elétricos, às máquinas ferramentas, que então “realizarão” o serviço. Os gabinetes de controle numérico por um lado facilitam o trabalho cognitivo e estratégico da atividade fabril, mas por outro substituem parcialmente o saber instrumental do trabalhador porque especificam sozinhos todas as informações às máquinas, um processamento de dados que envolve desde o tipo de ferramenta a ser usada até a especificação milimétrica do corte (Loyola, 1999). Sob a forma de fita, o programa do controle numérico simula o cérebro humano e suaviza – tal qual as próprias máquinas eliminam o cansaço físico exagerado – o seu esforço criativo de análise e resolução de problemas, os quais tornam-se área de atuação dos novos analistas de sistema e programadores. Parece, então, que de certo modo às qualificações que se tornam desnecessárias com a automação sucedem novas modalidades de trabalho, ainda mais técnicas; o problema central aqui é que o número de empregos criados geralmente é menor que os perdidos.

Mas é só com os circuitos integrados da década de 70, que barateiam o custo dos processadores digitais, que viríamos uma verdadeira revolução na estrutura fabril, quando da proliferação dos controladores lógicos programáveis (CLPs), “dispositivos eletrônicos de estado sólido que, essencialmente, substituem os tradicionais relés no controle de máquinas e processos industriais” (Tauile, 1987, *apud* Loyola, 1999, p.6). Virtualmente um arsenal de computadores inteligentes, os CLPs controlam o processo produtivo de cabo-a-rabo, coletando informações de consumo de energia, ajustando níveis de temperatura e pressão, evitando desperdícios e até respondendo a informações de mercado e demanda. Assim, contrariando a tendência anterior de forte manifestação sindical – entre 1945 e 1955, houve somente nos EUA incríveis 43 mil greves (Rifkin, 2006) – a década de 60 em

diante é marcada mais e mais pela “rendição” dos sindicatos à aceitação dos programas de retreinamento, que pressagiam o solene fato de que o número de demitidos será maior que o de re-contratados. O poder dos sindicatos vai então arrefecendo pelo fato capital de que pouco adiantam as greves quando boa parte ou quase toda a produção pode ser posta em movimento com um contingente decrescente de trabalhadores, supervisionados pelo controle numérico de um computador central.

Os neo-luditas, como Rifkin, realmente parecem enxergar só o pior lado das relações de trabalho hodiernas e a consoante tendência ao recalcitrante desemprego. Eles são radicais, pois vêem a criatividade humana primacialmente ainda no âmbito do trabalho fabril; é claro que devemos nos preocupar com o desemprego de curto-prazo engendrado pela "substituição do cérebro humano", porém a melhor medida para nós atacarmos o desemprego é criando dispositivos (como as medidas ativas de emprego descritas na sessão 2.1.) que agilizem a adaptação dos trabalhadores à acumulação do capital. Não o aconselho porque acho que não há escolha fora da subsunção do trabalho ao capital, mas sim pelo bem mesmo da atualização e reciclagem pessoais.

Pois bem, os neo-luditas – com certa dose de razão – acham que libertação do trabalho (no bom sentido) pressagiada pela sociedade pós-industrial ainda é uma página de um futuro distante, que contrasta tenazmente com a realidade mesmo das economias mais ricas do mundo atual. as quais combinam uma profusão inegável de bens e serviços com as maiores taxas de desemprego desde a depressão dos anos 30. A reengenharia de produção, a produção enxuta (eficiente, sem desperdícios) e a automação até mesmo do setor de serviços enunciaram os seguintes impactos: mais de 1,8 milhão de despedidos no setor industrial nos EUA entre 1989 e 1993; 500 mil demitidos em apenas 1 ano na Alemanha (entre 92 e 93); em 1992, se contabilizarmos pessoas que desistiram de participar da força de trabalho em virtude das esperanças fugazes de conseguir um bom emprego, os aposentados antecipados e os sub-empregados (pessoas de meio-período mais que gostariam de estar trabalhando em tempo integral), a taxa de desemprego norte-americana seria de 13,2%, muito superior ainda para os negros e jovens (Henderson, 1996). Os cargos de gerência média foram os que mais sofreram, pois a computadorização das empresas dispensou o antigo lento processo de carregamento de informações para cima e para baixo na engessada hierarquia corporativa. Também os modelos de produção pós-fordistas

(Toyotismo) inutilizaram o excesso de trabalhadores característicos das linhas de montagem, formadoras de estoques desnecessários. Por esses e outros motivos muitos economistas já reconheceram a necessidade de aumentar em alguns pontos percentuais a taxa “normal” que corresponderia ao nível de pleno emprego de várias economias, agora já “adaptadas” a uma estrutura organizacional coerente com as novas tecnologias (Rifkin, 2006).

Uma última visão do desemprego sob a luz das revoluções tecnológicas é a de Marcus Alban (1999). Com a vantagem de ser tanto engenheiro e economista, a tese principal de Alban é que os níveis de emprego entre 1975-2000 da maioria dos países de capitalismo avançado foram menores do que nas décadas precedentes principalmente por dois fatores: pelo fato de que as tecnologias de base micro-eletrônica têm o potencial de “fabricar” muitos produtos com um nível pequeno de investimento e também porque essas tecnologias ineditamente podem se estender até o setor de serviços, historicamente “imune” às inovações poupadoras de mão-de-obra. No que ele chama de era do paradigma eletro-mecânico, que vai desde 1880 até 1970-80, só se elevava a produtividade com escalas maiores⁴³. Era a chamada estanqueidade da fábrica, isto é, com o aumento do tamanho da fábrica, perdia-se flexibilidade mas ganhava-se com a redução dos custos unitários pois a perda de energia (entropia) elétrica e mecânica era menor quanto maior a escala. Por ser não-flexível, o paradigma eletro-mecânico não podia ser adotado no ramo de serviços, que consistia então em um desaguadouro sem fundo para todos os empregados que eram aos poucos liberados do ramo industrial, indo principalmente para as estruturas administrativas que iam se avolumando com a evolução das corporações monopolistas. Em 1899, o pessoal administrativo – não diretamente envolvido com a produção – compunha 7,7% dos empregados das fábricas nos EUA. Em 1947, esta cifra passou para 21,6%⁴⁴. Como as inovações do paradigma da época se adstringiam ao trabalho “produtivo”, a produtividade no setor de serviços era baixa, podendo (ou melhor, tendo) que empregar muita gente. Pois bem, apesar dos transistores terem surgido na segunda metade da década de 50, seu uso comercial só se generalizou com a invenção dos circuitos integrados, no final dos anos 60,

⁴³ Lembrar que a flexibilidade e a eficiência energética eram ainda mais primitivas no paradigma anterior, puramente mecânico.

⁴⁴ Dados em Bravennan (op. cit., p.206)

que baratearam os primeiros. Doravante, a ciência da micro-eletrônica passou a ser o estudo e desenvolvimento de computadores cada vez menores -- já que quanto menores as distâncias dos transistores nos circuitos integrados mais eficiente é o fluxo de informações, então quanto menores os computadores mais potentes e eficientes eles são. Aí que está o grande contraste com o paradigma anterior: sob o paradigma microeletrônico aumenta-se a produtividade reduzindo-se o tamanho. Além disso, a automação flexível (ver Toyotismo) permite que se remodele produtos sem a necessidade concomitante de novos investimentos substanciais (enquanto na era fordista precisava-se construir novas máquinas para variar os produtos, pois a flexibilidade de cada máquina era muito limitada). É o que Alban chama de adaptação criativa, ao invés de destruição criativa. A tese dele se sustenta se atentarmos ao fato de que os níveis de investimento (como percentagem do produto) caíram muito após o fim dos anos dourados¹⁵. É claro que não houve uma transição perfeita, posto que ainda há muitas fábricas que operam hoje com uma tecnologia basicamente mecânica. Além disso, setores como o governo e a construção civil sempre vão empregar "generosamente". É este intercalar de dois mundos (industrial e pós-industrial) que sugere que talvez as taxas de desemprego (mormente da Europa) sejam tão altas porque ainda há um descompasso entre o "acelerado ritmo de progresso técnico e a vagarosa mudança institucional correspondente" (Alban, p.66). Talvez esse descompasso -- que de certa forma se traduz num *cultural gap* -- se esvaia depois que falecerem as gerações mais velhas. *Ou talvez não, porque a velocidade de adaptação do capital sempre será mais rápida do que a da cognição humana. Na próxima e última sessão, veremos mais de perto como essa cisão da população -- entre aptos e ineptos -- faz mais sentido hoje -- onde a principal mercadoria é a informação -- do que a distinção entre ricos e pobres.*

¹⁵ O crescimento anual da formação bruta de capital fixo foi de, entre 1962-73, para a Alemanha, o Canadá, os Estados Unidos e a França, respectivamente: 3,93%, 6,4%, 4,96% e 6,59%. Já no período entre 1983-91, as taxas baixaram para, respectivamente: 3,63%, 4,07%, 2,89% e 2,87% (Alban, op. cit., p.208). Já a média anual para os respectivos países no período 1999-2008 foi, segundo o *IMF World Economic Outlook* (2009), de: 1,1%, 5,3%, 2,8% e 3,4%.

3.5. QUALIFICAÇÃO, DESQUALIFICAÇÃO

Tenho uma perspectiva diferente, porém complementar às linhas gerais dos argumentos de Rifkin, sobre a essência do fenômeno do desemprego. O desemprego da sociedade da Era do Acesso não significa o fim do trabalho, como intenciona Rifkin (cuja obra por mim consultada chama-se curiosamente *() Fim do Trabalho*), mas antes uma grande reestruturação do mercado trabalho. Isso designaria, no longo-prazo, que a maior parte do desemprego atual será fugaz, durará até que as gerações velhas e novas se adaptem às novas tecnologias (e não aos novos modelos de gestão empresarial como o Toyotismo, que alguns até chamam de neo-fordismo devido a manutenção do *status* de trabalho alienado e controlado). Portanto, a crise atual da falta de empregos teoricamente não será muito diferente das agruras pelas quais passaram os trabalhadores agrícolas do final do século XVIII, ao terem de se “endireitar” à disciplina do trabalho fabril. A diferença, é claro, é que a passagem da sociedade agrícola para a industrial deu-se ao longo de várias décadas, enquanto a atual crise de transição está ocorrendo de modo espasmódico e agudo, com severas rupturas em períodos ínfimos de tempo, com pouca chance para a imediata adaptação. Em outras palavras, estaríamos passando, então, pela mesma situação de quebra de ciclo, de remodelagem do sistema, só que num grau maior. Com efeito, a velocidade das inovações aumentou vertiginosamente com o tempo e hoje é praticamente impossível encontrar um trabalhador que passou décadas laborando na mesma indústria, pois nenhuma está imune a inovações de processo, produto e organização que tornam tanto as máquinas quanto as pessoas obsoletas.

Para sofisticar minha análise, empresto de João Bernardo (2000) sua classificação da força de trabalho atual em três grandes classes de empregados. A primeira, com empregos estáveis e alta remuneração, compreende o grupo dos funcionários de alta tecnologia, altamente qualificados e que provavelmente nunca ficarão mais que alguns poucos meses desempregados. A segunda classe abarca uma vasta gama de trabalhadores que, malgrado estejam efetivamente empregados, carecem da solidez e segurança do trabalho comuns ao primeiro grupo, correm sempre o risco de perder a ocupação e muitas vezes laboram para empresas sub-contratantes, em regime de terceirização ou meio-período. O olhar astuto percebe que significativa porcentagem do segundo grupo não está

realmente empregada na plenitude da palavra, porquanto ou está subempregada (trabalhando um número de horas que não garante uma renda satisfatória ou ocupando trabalhos que subutilizam a formação do profissional) ou no limiar entre o emprego precário e o seguro-desemprego. Só com uma visão de conjunto mais ampla percebemos que as estatísticas de desemprego, mesmo que estivessem tecnicamente corretas, não podem revelar a natureza das relações de trabalho ou a potencial precarização do mesmo. Por último, o terceiro grupo corresponde àqueles trabalhadores que foram completamente marginalizados do mercado de trabalho. Como ineptos às demandas do mercado, ou então desesperançosos com o mundo "selvagem", "neo-liberal" e desorganizado – o pior lado, mas necessário, da crise de transição – em que sentem estar imersos, os trabalhadores marginalizados são *quasi-invisíveis* para o mercado de trabalho. Não só são excluídos como produtores e, na medida do mínimo plausível, consumidores de mercadorias como também não tencionam os salários dos empregados para baixo. Por curiosidade, aí está mais uma gritante diferença entre os mercados de trabalho até a idade do ouro e os de hoje. Antes, com o trabalho sendo praticamente homogêneo e menos qualificado, a possibilidade de substituição de operários a qualquer momento era muito maior, daí a relevância da teoria econômica que prediz que quanto maior o desemprego, menores os salários (porque o poder de barganha dos efetivos diminui). Mas seria muita ingenuidade achar que o terceiro grupo, dos marginalizados, exerce pressões baixistas ao segundo grupo, quanto mais ao grupo privilegiado. De outra forma, eles exercem pouca ou nenhuma pressão à queda dos salários, pois foram "ostracizados" do mercado de trabalho formal. Lembrando a frase de Amadeo e Estevão, "se os salários nominais caíssem toda vez que há desemprego, haveria uma tendência sistemática ao pleno-emprego" (op. cit., p. 36)⁴⁶.

Ainda no tocante ao último grupo, é triste lembrar que eles padecem do chamado

⁴⁶ Assim, a economia pós-industrial não só contempla uma rigidez dos salários nominais - esta já existia há muito tempo devido ao poder dos contratos e dos sindicatos, que obtinham os reajustes necessários para compensar a inflação. Hoje, há por parte dos trabalhadores privilegiados uma "rigidez" dos salários reais, porquanto eles conseguem com relativa facilidade auferir os ganhos de produtividade da empresa; por outro lado, os trabalhadores desfavorecidos sofrem hoje mais com a inflação do que antigamente, quando as taxas de sindicalização eram maiores e o emprego mais seguro. Talvez essa discrepância de interesses e possibilidades no proletariado seja um dos fatores que desestimulam políticas monetárias expansionistas (vide a austeridade fiscal e política de metas de inflação generalizadas), uma vez que os efeitos podem ser perigosos para os trabalhadores de pouco poder de barganha.

desemprego estrutural de longo-prazo (mais de 1 ano sem emprego). Segundo a revista *The Economist*¹⁷, em 1994 mais de 40% dos dezessete milhões de desempregados na Comunidade Económica Europeia o estavam há mais de 1 ano. Alguns são atraídos para a criminalidade e a maioria adentra o mercado informal. Indiscutivelmente, eles realizam trabalho, apesar de não serem computados como assalariados. De novo com os dados da *The Economist*, em 1994 as pessoas que trabalhavam por conta própria oficialmente respondiam por quase 1/3 daquilo que os governos calculavam como força-de-trabalho desempregada. Contrariamente a meu argumento anterior de que as taxas oficiais subestimam o real desemprego, esta seria a primeira evidência acusando que as taxas de desemprego na realidade superestimariam o fenómeno. Porém, uma porção considerável é de trabalhadores que vivem à margem da economia de mercado e das expectativas de aumentos reais em suas rendas. *As penúrias dos conglomerados de trabalhadores informais criam um dualismo estrutural até mesmo no mundo desenvolvido, que separa os qualificados daqueles que laboram em situação de inferioridade ou franca marginalização* (Bernardo, 2000).

¹⁷ *The Economist* de 11 de junho de 1994. *apud* João Bernardo (op. cit., p.81).

REFLEXÕES FINAIS

Chegamos, enfim, aos argumentos finais. Procederei, por motivo de clarificação maior, a resumir o que já sabemos e depois acrescentar alguns fatores de ordem macroeconômica que permearam a mudança de regime de acumulação. Foi falado exhaustivamente no termo "crescimento sem empregos", como se para cada "unidade" de investimento fosse gerado um número menor de postos de trabalho do que no capitalismo monopolista. Entre os fatores a que se deve essa "crise", coligiu-se tanto o caráter poupador de mão-de-obra das tecnologias *per se* quanto a menor resposta do emprego aos investimentos em virtude de escassez relativa de mão-de-obra qualificada, tal como em qualquer outra crise "schumpeteriana" de transição de paradigma de acumulação. Além disso – uma vez que fiquei devendo aos leitores economistas a famigerada análise macroeconômica de agregados – devo assinalar que um dos óbvios motivos pelos quais o crescimento de empregos ficou aquém do "desejado" durante as últimas 3 décadas foi o fato de as taxas de investimento (acumulação) terem sido estruturalmente menores no paradigma pós-moderno do que em seus predecessores, bem como as próprias taxas de crescimento da renda (ver tabela 3). Concluirei agora o trabalho com mais algumas ponderações qualitativas sobre o tipo de estrutura produtiva e relações inter-setoriais de cada regime de acumulação.

No âmbito do capitalismo monopolista de Estado, cujo potencial de acumulação era liderado pela industrialização pesada (duráveis e bens de produção), a capacidade produtiva dos oligopólios crescia "naturalmente" à frente da demanda realizável. Isto só acontecia porque a indústria de bens de produção é capaz de auto-gerar a sua própria demanda, num mirabólico esquema de produção pela produção⁴⁸. Se o mercado interno do capitalismo

⁴⁸ Esta visão de auto-suficiência do capitalismo, conhecida como esquema da reprodução ampliada Tugan-Baranovski, é relatada por Luxemburgo (1988, Cap. 26). Veja-se um exemplo: existem capitalistas que produzem carvão e o vendem; alguns outros produzem máquinas e as vendem. Quanto mais os primeiros venderem, mais os outros terão condição de vender e vice-versa, já que tanto os empresários de carvão e de máquinas emprestam uns dos outros os meios-de-produção necessários à sua atividade. Tomando a sociedade em conjunto, poder-se-ia afirmar que a demanda social de uns capitalistas seria a de outros, e assim por diante. Assim, quanto maior a proporção de valor dos meios de produção dentro da totalidade do valor produzido, maior a capacidade dos capitalistas de, em conjunto, auto-sustentar seu crescimento. Esta proporção nunca atingiu patamar tão grande como na industrialização pesada, o cimo da sociedade industrial.

monopolista era, antes de tudo, mercado de meios de produção. a expansão do setor de consumo assalariado tinha sempre caráter subordinado (Cardoso de Mello e Belluzzo, 1998). Tendo os trabalhadores que arcar com a quase totalidade do custo social de reprodução, que desembocava em mais investimento e não em consumo direto, a luta de classes entre burguesia e proletariado surgia então quase que tautologicamente

Na Parte 2 vimos que, no cume da revolução pós-modernista, o impulso individualista da sociedade civil de se divorciar da estigmatizada e padronizante categoria de ser social abstrato fez – ao mesmo tempo e não sem ironia – os trabalhadores transcenderem a si mesmos como classe e verem-se enfraquecidos como indivíduos em meio à acirrada etapa de concorrência mundial do capital. Em outras palavras, a categoria trabalho perde seu sentido revolucionário, pois não mais capitula ou se subleva contra as forças opressivas da acumulação. Vimos também, que a desrepressão e o esmorecimento das ideologias e meta-narrativas do modernismo é o corolário das reivindicações de uma nova geração, livre das amarras da lembrança da Era da Catástrofe, e inclinada a consumir, sem restrições, serviços pessoais e os bens ditos imateriais, de natureza evidentemente efêmera. É claro que não basta apenas um idealismo juvenil para uma quebra de regime de acumulação – assinalamos na Parte 3 que foi o próprio crescimento da renda pessoal que tornou a demanda de bens imateriais a nova prioridade (em contrapartida, vimos também que a perspectiva eminentemente materialista da luta de classes era própria duma época em que a necessidade de segurança material e econômica eram *top priority*). Portanto, a crise dos anos 70 diferencia-se das outras crises de acumulação por causa de dois grandes pontos de inflexão: porquanto ela coincide com a percepção por parte dos trabalhadores de que as forças produtivas desenvolvidas até então potencialmente lhes permitiam um grau de consumo e satisfação muito maior do que a lógica da acumulação oligopolista objetivava lhes dar; e porque coincide também com o ultimato da industrialização pesada, ou seja, a incapacidade dos setores de meios-de-produção e de duráveis continuar liderando o crescimento econômico. No regime pós-industrial, em que esse papel é jogado pelo ramo de serviços, as taxas de investimento caem porque o setor terciário não tem o mesmo potencial dinâmico de encadeamento para trás e para frente (compra e venda de vários insumos) na estrutura industrial (vide o confronto com os automóveis).

Enfim, na sociedade industrial, geminamente de classes, o capital "fica" com o

investimento e os trabalhadores com o emprego, daquele derivado. Na pós-industrial, quando finalmente o "problema econômico" – segurança física e econômica – dos países avançados está perto de ser resolvido, isto é, quando ironicamente "só" ter um emprego parece por de menos ambicioso, mantê-lo vira de repente tarefa mais complicada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAN, Marcus. **Crescimento sem emprego**: o desenvolvimento capitalista à luz das revoluções tecnológicas. Salvador: Casa da qualidade Editora, 1999.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boi tempo editorial, 2000.

AMADEO, Eward J; ESTEVÃO, Marcelo. **Teoria econômica do desemprego**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.

AYRES, Clarence Edwin. **Rumo a uma sociedade racional**: os valores da civilização industrial. Rio de Janeiro: Fundo da cultura, 1963.

BENAKOUCHE, Rabah. Caracterização da crise econômica atual. In: **Crise e Acumulação**. São Paulo: Cortez editora, 1981.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000.

BERNAS, Collete. Grã-Bretanha, o Socialismo de Sua Majestade. In: COUTURIER, M. C. Vaillant (org.). **A social-democracia na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S.A, 1980.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.

BRUNHOFF, Suzanne De. Crise capitalista e política econômica. In: POULANTZAS, Nicos (org.). **O Estado em Crise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

CASTELLS, Manuel. Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas. In: POULANTZAS, Nicos (org.). **O Estado em Crise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

CONSTANTINE, Stephen. **Social Conditions in Britain, 1918-1939**. Nova York. Methuen & Co, 1983. Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?id=3k8pcPA5q8YC&pg=PA6&lpg=PA6&dq=why+was+unemployment+so+h>. Acesso em: 18/07/09.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Ed. da UNB, 1999.

DESAI, Meghnad. **A vingança de Marx**: a ressurgência do capitalismo e a morte do socialismo estatal. São Paulo: Códex, 2003.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria**: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

EASTERLY, William. **O espetáculo do crescimento**: as aventuras e desventuras dos economistas na incessante busca pela prosperidade nos trópicos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

EHRENBERG, Ronald G; SMITH, Robert S. **Moderna economia do trabalho**: teoria e política pública. São Paulo: Makron Books, 2001.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HAZEL, Henderson. **Construindo um mundo onde todos ganhem**: a vida depois da guerra da economia global. São Paulo: Cultrix, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

LIPSON, Leslie. **A civilização democrática**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966 (vol. 1).

LOYOLA, Sônia. **A automação na fábrica**: a transformação das relações de trabalho. Curitiba: Ed. do autor, 1999.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural LTda. 1988 (vol. 2).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1983 (livro. 1).

MATUSITA, Ana Paula; GIMENEZ, Denis. O capitalismo avançado no pós-guerra e a experiência recente de políticas de emprego. In: DIEESE. **Emprego e desenvolvimento tecnológico**: artigos dos pesquisadores. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 2000.

MELLO, João Manuel Cardoso de; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Reflexões sobre a crise atual. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (org.).

Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. Campinas: UNICAMP. IE, 1998 (vol. 1).

MISHKIN, Frederic S. **Moeda, bancos e mercados financeiros.** Rio de Janeiro: Editora JC, 2000.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

PASTORE, José. **A agonia do emprego.** São Paulo: Editora LTR, 1997.

PETERSON, James. **Struggle Against Poverty.** Harvard: Harvard University Press, 1981.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações.** Rio de Janeiro: Campus, 1993.

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, Nicos (org.). **O Estado em Crise.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo.** São Paulo: M. Books, 2006.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise.** Campinas: UNICAMP. IE, 1998 (vol. 1).

TOMASKO, Robert M. **Downsizing.** São Paulo: Makron Books, 1992.

REFERÊNCIAS ESTATÍSTICAS E DADOS ADICIONAIS EM:

OECD (Organization for Economic Co-Operation and Development). OECD Economic Outlook e OECD Labor Force Statistics. Disponível em: <http://www.oecd.org>

The State of Working America. Disponível em: <http://www.stateofworkingamerica.org>
Bureau of Labor Statistics. Disponível em: <http://www.bls.gov>

International Monetary Fund. *IMF World Economic Outlook.* Disponível em: www.imf.org

ANEXOS

TABELA 1 – TAXAS MÉDIAS DE DESEMPREGO (%) NOS “SETE GRANDES” EM VÁRIOS PERÍODOS

PAÍS	1951 - 1973	1974-1982	1983-1991	1991-2000	1999-2008
Estados Unidos	4,6	7,2	6,7	5,7	5,0
Japão	1,3 [a]	2,0	2,5	3,3	4,6
Alemanha	2,3	3,5	7,4	9,5	7,9
Reino Unido	2,8	5,4	9,0	7,2	5,2
França	2,0	5,5	9,6	11,4	9,0
Itália	5,4	6,6	9,3	11,6	8,3
Canadá	4,9	7,7	9,5	9,6	6,9

[a] Referente ao período: 1960-1974

FONTE: Alban (1999, p.173 e 205) * e IMF, *World Economic Outlook* **

* Referente aos três primeiros períodos

** Referente aos dois últimos períodos

TABELA 2 – TAXA MÉDIA ANUAL (%) DO CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO (*OUTPUT* POR HORA TRABALHADA) EM VÁRIOS PERÍODOS

PAÍS	1950 - 1973	1973-1980	1980-1990	1989-2000	2000-2007
Estados Unidos	2,5	0,7	1,4	1,6	2,0
Japão	7,5	3,2	3,1	2,3	1,9
Alemanha [a]	5,5	3,9	2,9	2,1	1,4
Reino Unido	2,8	2,1	2,0	2,4	2,3
França	5,2	3,4	2,9	2,1	1,3
Itália [b]	4,8	2,2	2,3	1,6	0,3
Canadá [a]	2,9	1,8	1,4	1,7	1,1

[a] Referente aos períodos 1960-73 e 1974-79, ao invés de 1950-73 e 1973-80

[b] crescimento do produto por trabalhador empregado, ao invés de por hora trabalhada, nos três primeiros períodos

FONTE: OECD *Economic Outlook* (vários números) *State of Working America* (2008) **

* Referente aos três primeiros períodos

** Referente aos dois últimos períodos

TABELA 3 – TAXA MÉDIA ANUAL (%) DO CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL DOS “SETE GRANDES” EM VÁRIOS PERÍODOS

PAÍS	1951 - 1973	1974-1982	1983-1991	1991-2000	1999-2008
Estados Unidos	3,7	1,7	3,1	2,6	2,8
Japão	9,7	3,6	4,2	1,0	1,6
Alemanha	6,0	1,7	3,1	2,0	1,5
Reino Unido	3,0	0,8	2,7	1,9	2,7
França	5,1	2,4	2,3	1,8	2,1
Itália	5,5	2,9	2,5	1,3	1,4
Canadá	5,2	3,0	2,9	2,2	3,2

FONTE: Maddison (1992, *apud* Alban, 1999, p.203) * e *IMF*, *World Economic Outlook* **

* Referente aos primeiros três períodos

** Referente aos dois últimos períodos

TABELA 4 – TAXA MÉDIA ANUAL (%) DO CRESCIMENTO DOS POSTOS DE TRABALHO (EMPREGOS) EM VÁRIOS PERÍODOS

PAÍS	1979-1989	1989-2000	2000-2006
Estados Unidos	1,7	1,4	0,9
Japão	1,1	0,5	-0,2
Alemanha	0,5	2,6	0,3
Reino Unido	0,6	0,2	0,7
França	0,2	0,8	0,7
Itália	0,4	0,0	1,4
Canadá	2,0	1,2	1,9

FONTE: *State of Working America* (2008).

TABELA 5 – PORCENTAGEM DA FORÇA DE TRABALHO OCUPADA NO SETOR SECUNDÁRIO (INDÚSTRIA)

PAÍS	1960	1973	1981	1990	2000	2008
Estados Unidos	33,6	33,2	30,1	25,1	22,0	19,1
Japão	28,5	37,3	35,3	33,9	30,9	26,5
Alemanha	48,8	47,5	44,1	38,9	32,8	29,0
Reino Unido	48,8	42,6	36,3	31,2	24,3	20,8
França	37,8	39,7	35,2	28,7	23,2	21,8 [a]
Itália	36,9	39,2	37,5	31,4	31,6	29,4
Canadá	33,2	30,6	28,3	23,6	21,9	20,3

[a] 2007

FONTE: *OECD Labor Force Statistics* * e *Bureau of Labor Statistics* (2009) **

* Referente aos anos 1960, 1973 e 1981

** Referente aos anos 1990, 2000 e 2008

TABELA 6 – PORCENTAGEM DA FORÇA DE TRABALHO OCUPADA NO SETOR TERCIÁRIO (SERVIÇOS)

PAÍS	1960	1973	1981	1990	2000	2008
Estados Unidos	58,1	62,6	66,4	72,0	76,2	79,5
Japão	41,3	49,3	54,7	59,2	64,3	69,5
Alemanha	37,3	45,0	49,9	57,6	64,5	68,7
Reino Unido	47,0	54,5	60,9	66,7	74,1	77,8
França	39,8	48,9	56,2	65,6	72,9	75,0 [a]
Itália	30,2	42,5	49,2	59,6	63,0	66,7
Canadá	53,5	62,8	66,2	72,3	74,8	77,3

[a] 2007

FONTE: *OECD Labor Force Statistics* * e *Bureau of Labor Statistics* (2009) **

* Referente aos anos 1960, 1973 e 1981

** Referente aos anos 1990, 2000 e 2008

TABELA 7 – VARIAÇÃO DOS CUSTOS REAIS DA HORA DE TRABALHO NA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA [a]

(ÍNDICE : 2002 = 100)

PAÍS	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2008
Estados Unidos	41,4	57,6	69,7	79,5	82,9	95,4	102,9
Japão	12,3	20,0	43,9	66,0	82,7	96,5	99,0
Alemanha	9,7	19,5	38,4	60,6	78,2	97,9	101,7
Reino Unido	24,8	31,8	44,5	64,8	84,7	93,7	105,7
França	12,9	23,3	41,9	64,3	79,6	95,1	106,5
Itália	16,8	23,6	47,4	75,0	93,4	99,1	103,1
Canadá	34,1	50,4	66,0	83,7	87,5	98,7	107,0

[a] Custos para o empregador, os quais incluem, além do salário propriamente dito, contribuições sociais, férias remuneradas, pensões e indenizações, etc.

FONTE: *Bureau of Labor Statistics* (Outubro, 2009)

TABELA 8 – TAXA MÉDIA ANUAL (%) DA VARIAÇÃO DOS CUSTOS REAIS DA HORA DE TRABALHO NA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA [a] EM VÁRIOS PERÍODOS

PAÍS	1950-60	1960-70	1970-80	1980-90	1990-00	2000-08
Estados Unidos	3,35	1,92	1,32	0,41	1,41	0,95
Japão	4,98	8,17	4,16	2,28	1,55	0,32
Alemanha	7,23	7,01	4,66	2,58	2,27	0,47
Reino Unido	2,51	3,41	3,82	2,71	1,01	1,51
França	6,09	6,04	4,37	2,15	1,79	1,42
Itália	3,45	7,22	4,69	2,21	0,59	0,49
Canadá	3,98	2,73	2,4	0,44	1,21	1,01

[a] Custos para o empregador, os quais incluem, além do salário propriamente dito, contribuições sociais, férias remuneradas, etc.

FONTE: Elaboração própria